

Escritura de Debentures

Emissão: 20/04/2010 Página : 1

Nº Escritura : 000.515-0/000
Nº N.I.R.E. 35300015908
Nº Protocolo : 0.326.416/10-9
Data Registro : 20/04/2010
Ato : ES
Agente Fiduciário : ARTHUR BRANDI SOBRINHO
Razão Social : CONSTRUÇOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S.A.

Valor Montante : 400000000
Quatrocentos Milhões Reais

Valor Unitário : 1000000
Um Milhão Reais

Quantidade Títulos : 400
Nominativa

Convertíveis : N

Espécie : Sem Preferencia

Data Emissão : 29/04/2010

Data Vencimento : 29/04/2015

Mir
De
Se
JU
R



SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBENTURE

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO

KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY
SECRETÁRIA GERAL

ED000515-0/000



JUCESP

erior

SEQ. DOC.

II

II



JUCESP PROTOCOLO
0.326.416/10-9



DATA-
DOR

JUNTA COMERCIAL
19 ABR 2010

EBF
PROTOCOLO

DEFERIDO

5ª TURMA

Sessão de 12.07.2011

Valmir Madázio
Pedro Nunes de Abreu
Newton Machado Morales

JUNTA COMERCIAL
19 ABR 2010

DADOS CADASTRAIS

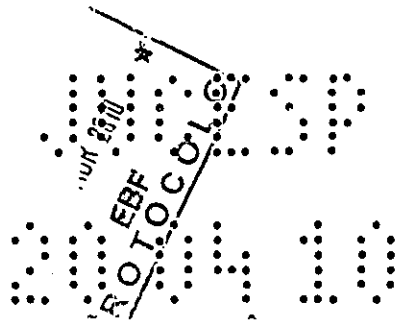
SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR		NIRE DA SEDE 3530001590-8	CNPJ DA SEDE 61.522.512/0001-02
ATO(S) Debenture Escritura;			
NOME EMPRESARIAL CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORRÊA S.A.			
LOGRADOURO RUA FUNCHAL		NÚMERO 160	
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO VILA OLÍMPIA	CEP 04551-060	CÓDIGO DO MUNICÍPIO 5433
MUNICÍPIO São Paulo		UF SP	
CORREIO ELETRÔNICO		TELEFONE	
NOME DO ADVOGADO		N. OAB	U.F.
VALORES RECOLHIDOS GARE 128,00 DARF ISENTO	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA NOME: MAURO GRECCO (Procurador) ASSINATURA: DATA ASSINATURA: 18/04/2010		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

Controle Internet

005802232-5





**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO
CAMARGO CORREA S.A.**

entre

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A.,
como Emissora,

e

ARTHUR BRANDI SOBRINHO
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

Datada de

16 de abril de 2010.

JUESP

20 04 10

ÍNDICE

1. TERMOS DEFINIDOS.....	8
2. AUTORIZAÇÃO	9
3. DOS REQUISITOS	9
4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	10
5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	12
6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO	20
7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	25
8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO	28
9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	34
10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO	35
11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	36
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	38
13. FORO.....	40

JUL 29

20 04 10

Este glossário é parte integrante "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A.".

GLOSSÁRIO

Agente Fiduciário	Arthur Brandi Sobrinho, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Av. São Gabriel, 333, 9º Andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com carteira de identidade RG nº 5.198.741/SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 596.779.888-91.
AGE	Assembléia Geral Extraordinária da Emissora
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais.
Assembléia Geral ou Assembléia Geral de Debenturistas	Assembléia Geral de Debenturistas.
Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
CPF/MF	Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Colocação de Debêntures

3



JUL 29

20 04 10

Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 1ª Emissão Pública da Construções e Comércio Camargo Correa S.A., celebrado entre BB Banco de Investimento S.A. e a Emissora.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão

29 de abril de 2010.

Data de Pagamento
Remuneração

de Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.

Data de Vencimento

29 de abril de 2015.

Debêntures

As 400 (quatrocentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 1ª emissão da Construções e Comércio Camargo Correa S.A.

Debêntures em Circulação

Todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

Debenturistas

Os titulares das Debêntures.

Dívida Líquida

Soma do saldo devedor dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros e diferencial a pagar por operações com derivativos, menos o saldo em caixa, saldo de aplicações financeiras



JUL 2010

20 04 10

e o diferencial a receber por operações com derivativos.

EBITDA	Resultado operacional antes do resultado financeiro acrescido de depreciações e amortizações e subtraído de Resultado de Equivalência Patrimonial, referente ao acumulado dos últimos 12 (doze) meses.
Emissão	1ª (primeira) Emissão de debêntures da Emissora.
Emissora	Construções e Comércio Camargo Correa S.A.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
IPC-FIPE	Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
Instituição Depositária	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.



JUCESP

20 04 10

Instrução CVM nº 409/04

Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Investidores Qualificados

São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

JUCESP

Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

JUCESP

20 04 10

Prêmio	Prêmio de resgate ou de amortização antecipada das Debêntures, calculado conforme o item 6.2.1 desta Escritura.
Remuneração	Juros correspondentes à variação acumulada de 109,90% (cento e nove inteiros e noventa por cento) da variação acumulada da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Vencimento.
SND	Módulo Nacional de Debêntures.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão.



JUCESP

20 04 10

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO
CAMARGO CORREA S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

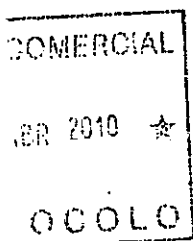
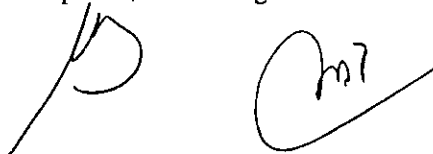
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A., sociedade por ações com sede na Rua Funchal, nº 160, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.522.512/0001-02 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35300015908, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Emissora”; e

ARTHUR BRANDI SOBRINHO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Av. São Gabriel, 333, 9º Andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com carteira de identidade RG nº 5.198.741/SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 596.779.888-91, nomeado neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominado simplesmente “Agente Fiduciário”;

celebram a presente “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A.”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário que precede esta Escritura.



JUCESP
20 04 10

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE realizada em 30 de março de 2010.

3. DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

3.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Jornal da Tarde", edição nacional, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.2 Inscrição da Escritura

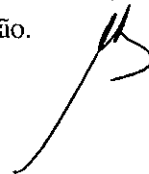
3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código Anbid de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.



JUCESP
20 04 10

4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto a exploração dos serviços de planejamento e a execução de projetos e obras de construção civil e de engenharia civil, inclusive de terraplenagem, sob regime de empreitada, administração ou outros admitidos; de operação, manutenção e montagem de usinas hidrelétricas, usinas térmicas e usinas eólicas; de operação, manutenção e montagem de gasodutos e oleodutos; de serviços públicos mediante concessão; de serviços de limpeza pública e ambiental e de urbanização; de administração de imóveis; de mineração em geral, por conta própria e/ou de terceiros, inclusive exploração e aproveitamento de jazidas minerais e comercialização de minérios, incluindo hidrocarbonetos; de serviços de transporte e de apoio aquaviário; serviços de operação portuária; de montagem industrial de módulos e plataformas marítimas para prospecção, produção e armazenagem de petróleo e gás e equipamentos afins; de instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; representação; importação; exportação; locação; compra e venda de equipamentos e transporte. A Sociedade tem ainda por objeto a exploração da indústria naval, visando elaboração de projetos, construção, reparos, manutenção e modernização de embarcações, incluindo plataformas marítimas para prospecção, produção e armazenagem de petróleo e gás; e demais atividades conexas e decorrentes das atividades referidas acima. A Emissora pode, também, participar de outras sociedades, constituí-las, organizá-las e adquiri-las, observadas as disposições legais.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos.

4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

4.4 Montante da Emissão



JUCESP

20 04 10

4.4.1 O montante total da emissão será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 400 (quatrocentas) Debêntures.

4.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

4.6.1 O Banco Mandatário e a Instituição Depositária será o Banco Bradesco S.A.

4.7 Destinação dos Recursos

4.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados pela Emissora para reforço do seu capital de giro.

4.8 Limite da Emissão

4.8.1 A Emissão atende ao limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei nº 6.404/76, uma vez que seu capital social, na Data de Emissão, é de R\$1.829.900.153,00 (um bilhão, oitocentos e vinte e nove milhões, novecentos mil e cento e cinquenta e três reais).

4.9 Registro na CETIP

4.9.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

4.9.2. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09.



JUL 50

29 04 10

4.10 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.10.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB - Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30, e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

4.10.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de início de distribuição.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

5.1.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão.

5.1.2 Quantidade de Debêntures

5.1.2.1 Serão emitidas 400 (quatrocentas) Debêntures.

5.1.3 Número de Séries

5.1.3.1 A Emissão será em série única.

5.1.4 Data de Emissão

5.1.4.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 29 de abril de 2010.

JUCESP
20 04 10

5.1.5. *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.5.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de abril de 2015, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

5.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.7.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.8 *Conversibilidade*

5.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

5.1.9 *Espécie*

5.1.9.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

5.2 **Subscrição**

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

JUCEP

20 04 10

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição estabelecido no item 4.10.2 acima.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

5.4 **Direito de Preferência**

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 **Atualização do Valor Nominal**

5.5.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

5.6 **Remuneração**

5.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 109,90% (cento e nove inteiros e noventa centésimos por cento) da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que vier por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

5.6.2 A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 29 de outubro e 29 de abril de cada ano ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil, sendo



JUCESP

20 04 10

que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 29 de outubro de 2010 e o último pagamento da Remuneração será devido em 29 de abril de 2015, data de vencimento da emissão.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (\text{Fator DI} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“Vne” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$

“n_{DI}” corresponde ao número total de Taxas DI, sendo “n_{DI}” um número inteiro;



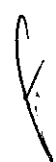
“p” corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

onde:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

“k” = 1, 2, ..., n, sendo “n” um número inteiro;

JUCESP

20 04 10

"DI_k" corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"d_k" = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "d_k" igual a 1 (um) dia útil;

Observações:

- i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii) o fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100}\right)\right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_i \times \frac{p}{100}\right)\right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro,

JUCEP

20 04 10

será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia realizada conforme o item 5.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

- i) resgate antecipado, pela Emissora, e conseqüente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, exclusive, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- ii) resgate antecipado, pela Emissora, e conseqüente cancelamento da totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento, e as amortizações originalmente programadas das Debêntures previstas nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a

JUL 09

20 04 10

amortização integral das Debêntures, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

5.8 Amortização Programada

5.8.1 O valor total da Emissão na Data de Emissão será amortizado em 3 (três) parcelas, da seguinte forma: (i) 33,3334% (trinta e três inteiros e três mil trezentos e trinta e quatro milionésimos por cento) devidos em 29 de abril de 2013; (ii) 33,3333% (trinta e três inteiros e três mil trezentos e trinta e três milionésimos por cento) devidos em 29 de abril de 2014; e (iii) 33,3333% (trinta e três inteiros e três mil trezentos e trinta e três milionésimos por cento) devidos na Data de Vencimento.

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente

JUL 2019

20 04 10

o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

5.9.2 Prorrogação dos Prazos

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.9.3 Encargos Moratórios

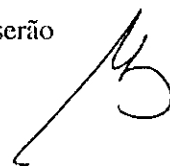
5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.10 Publicidade

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão



JUL 29

20 04 10

publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal "Jornal da Tarde", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Aquisição Antecipada Facultativa

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

6.2 Resgate e Amortização Antecipada

6.2.1 Ficará admitido à Emissora resgatar ou amortizar extraordinariamente parte ou a totalidade das Debêntures em circulação mediante publicação de aviso ou notificação com 15 (quinze) dias de antecedência aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário. Sobre o valor a ser resgatado ou amortizado, equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração incidente *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, bem como dos demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate ou amortização extraordinária, será devido Prêmio conforme disposto abaixo:

- i) na hipótese de o resgate e/ou amortização ocorrerem até o final do 12º (décimo segundo) mês da Data de Emissão: 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;



JUL 30

2014 10

- ii) na hipótese de o resgate e/ou amortização ocorrerem entre o início do 13º (décimo terceiro) mês e o final do 24º (vigésimo quarto) mês da Data de Emissão: 0,30% (trinta centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- iii) na hipótese de o resgate e/ou amortização ocorrerem entre o início do 25º (vigésimo quinto) mês e o final do 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão: 0,15% (quinze centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; e
- iv) na hipótese de o resgate e/ou amortização ocorrerem entre o início do 37º (trigésimo sétimo) mês até a Data de Vencimento das Debêntures não será devido o Prêmio.

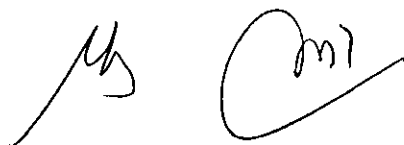
6.2.1.1 A amortização parcial das Debêntures deverá acontecer de forma que todos os Debenturistas sejam contemplados de forma idêntica e será limitada a 90% (noventa por cento) do valor nominal ou saldo do valor nominal das Debêntures.

6.2.2 A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate total e/ ou amortização antecipada das Debêntures com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

6.2.3 Na hipótese de amortização antecipada ou resgate parcial das Debêntures, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis e com divulgação, conforme definido no item 5.10 acima, inclusive no que concerne às suas regras. Para as Debêntures custodiadas no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar a amortização antecipada ou o resgate parcial, não haverá necessidade de ajuste nesta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.2.4 As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

6.3 Vencimento Antecipado



JUCEP

20 04 10

6.3.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 6.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

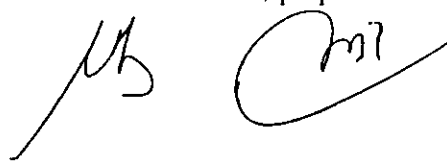
- i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- ii) não-pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, por período superior a 1 (um) dia útil contado das datas de vencimento;
- iii) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas na Escritura, não sanadas no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento;
- iv) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, da sua controladora ou de quaisquer sociedades com participação e controle direto e exclusivo da Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- v) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda direta ou indireta, pelos atuais acionistas controladores, do poder de controle da Emissora, conforme definido na Lei nº 6.404/76, sem o prévio consentimento dos

JUCESP

20 04 10

Debenturistas reunidos em assembléia específica, excetuando-se, contudo, qualquer transferência do controle direto ou indireto da Emissora em que a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Camargo Corrêa S.A ou por empresa que venha a substituí-la como holding do grupo econômico da Emissora;

- vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- vii) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora que, em conjunto ou isoladamente resulte ou possa resultar, em obrigação de pagamento pela Emissora de valor unitário superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para as quais não tenha feito provisão para pagamento;
- viii) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- ix) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- x) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;



JUCESP

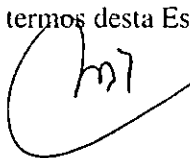
20 04 10

- xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas; e
- xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações a serem assumidas na Escritura.

6.3.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv), (vi), (viii) e (xi) do item 6.3.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor e de qualquer aviso ou notificação à Emissora, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas do item 6.3.1 acima, devendo a Emissora ser notificada nos termos do item 6.3.4.

6.3.3 Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos listados nos itens 6.3.1 (v), (vii), (ix), (x), (xii) e (xiii) acima, convocará imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias da data de convocação, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis* até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas.

6.3.3.1 Na hipótese de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item anterior, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.



JUL 20

20 04 10

6.3.3.2 Na hipótese de aprovação do vencimento antecipado na forma do item 6.3.3.1 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos indicados nesta Escritura, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação, pelo Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

6.3.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Mandatário.

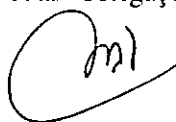
6.3.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada nos itens 6.3.3.2 e 6.3.4 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

6.3.6 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

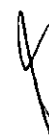
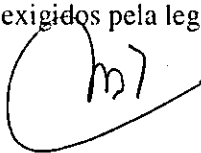
- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;



JUL 20

20 04 10

- b) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário a expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, (1) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da assembléia ou reunião e a ordem do dia; e (2) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora ;
 - d) dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
 - e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em até 5 (cinco) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo IGP-M; e
 - f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.3 acima no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência;
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;



JUCESP

20 04 10

- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iv) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- v) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- viii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- ix) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- x) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;

JUL 29

20 04 10

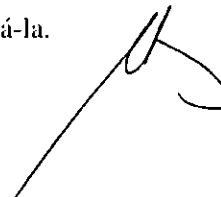
- xiii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Mandatário;
- xiv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09; e
- xv) atender aos seguintes índices financeiros, calculados semestralmente com base nas demonstrações financeiras dos últimos 12 (doze) meses:
 - a) quociente entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos); e
 - b) quociente entre Patrimônio Líquido e Ativo Total da Emissora igual ou superior a 0,3 (três décimos).

8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 O Agente Fiduciário é nomeado como agente fiduciário desta Emissão e expressamente a aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 8.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.



JUCESP

20 04 10

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

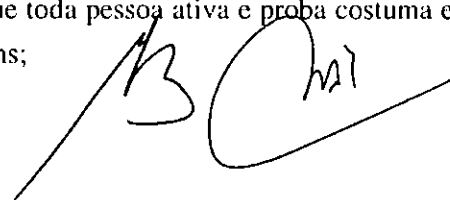
8.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

8.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

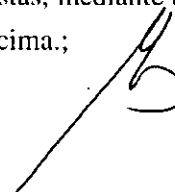
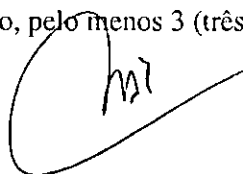
- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;



JUCESP

20 04 10

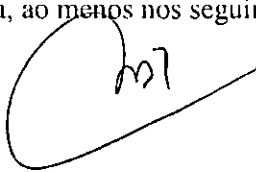
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima.;



JUL 20

20 04 10

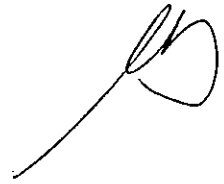
- xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida Assembleia;
- xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xiii) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:



JUL 30
20 04 10

- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CETIP
 - d) na CVM; e
 - e) na sede da instituição intermediária líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xiv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
 - xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
 - xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente ou amortizadas antecipadamente, se for o caso;
 - xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
 - xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP; e
 - xix) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos



JUL 29

20 04 10

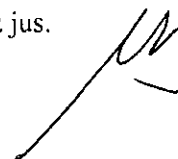

Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iii) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) e (ii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iii) acima.

8.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o valor mensal de R\$3.000,00 (três mil reais), pagos até o dia 16 (dezesesseis) de cada mês. A remuneração do Agente Fiduciário será reajustada a cada período de 12 (doze) meses consecutivos de prestação de serviços, aplicando-se o índice da variação acumulada do IPC-FIPE ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores ao da aplicação do reajuste. Caberá à Emissora a responsabilidade pela retenção e recolhimento, nos prazos legalmente estabelecidos e em favor dos respectivos órgãos arrecadadores, dos tributos incidentes sobre a remuneração bruta devida.

8.6.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.



JUL 2019

20 04 10

8.6.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

8.6.3 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

8.7 Sem prejuízo do disposto no item 8.6 acima, a Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, razoável e comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Referido ressarcimento será efetuado em 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

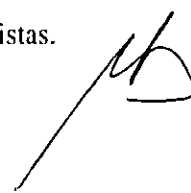
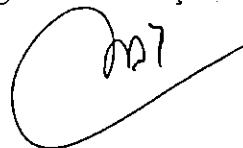
9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.



JUCESP

20 04 10

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.


9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação.

9.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;



JUL 29

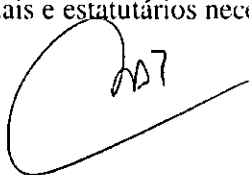
20 04 10

- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
e
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

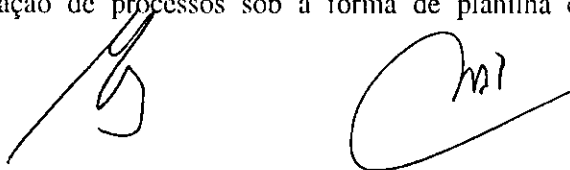
- i) é companhia validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;



JUCESP

20 04 10

- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relação de processos sob a forma de planilha contendo seus principais dados; e



JUCESP
20 04 10

- xi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

11.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

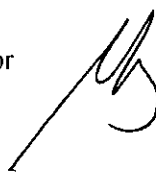
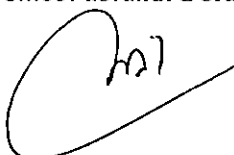
12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) Para a Emissora:

Construções e Comércio Camargo Correa S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 – 6º andar
01452-001 - São Paulo - SP
At.: Adriana Rosa da Silva Mazotti
Telefone: (11) 2787-4075
Fax: (11) 2787-4513
Correio eletrônico: adriana.mazotti@camargocorrea.com.br
At.: Paulo Eduardo Gonçalves
Telefone: (11) 2787-4863
Fax: (11) 2787-4513
Correio eletrônico: paulo.eduardo@camargocorrea.com.br

- ii) Para o Agente Fiduciário:

Arthur Brandi Sobrinho
Av. São Gabriel, 333, 9º Andar
01435-001 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3706-2111
Fax: (11) 3706-2100
Correio eletrônico: abrandi@brandi.com.br



JUCESP
20 04 10

iii) Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus – Prédio Amarelo - 2º Andar
06029-900 – Osasco – SP
At.: Marcelo Poli
Telefone: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-2714
Correio eletrônico: 4010.mpoli@bradesco.com.br

iv) Para a CETIP:

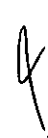
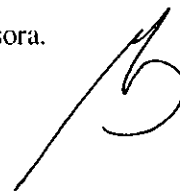
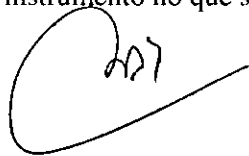
CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Avenida República do Chile, 230, 11º andar
20031-170 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481
Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
01009-000 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.



JUCESP

20 04 10

12.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

12.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

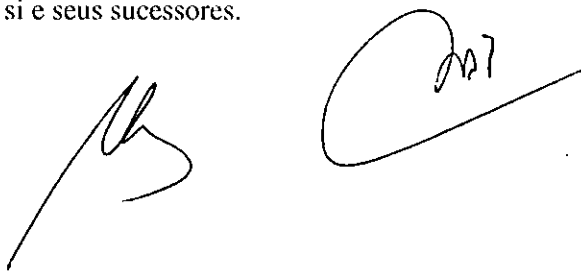
12.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.7 Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

13. **FORO**



JUCESP

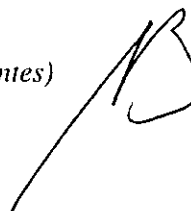
20 04 10

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 16 de abril de 2010

(assinaturas nas páginas seguintes)

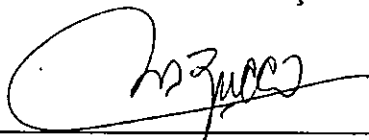


JUCESP

20 04 10

(página de assinatura 1/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A." celebrada entre Construções e Comércio Camargo Correa S.A. e Arthur Brandi Sobrinho, em 16 de abril de 2010)

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A.



Nome:

Cargo:

Marco Antonio Bucco
Diretor



Nome:

Cargo:

José Florêncio Rodrigues Neto
Diretor

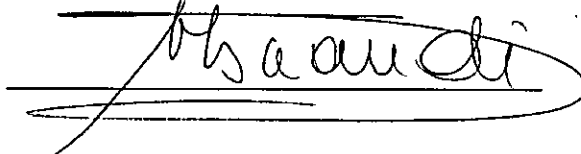


JUCESP

20 04 10

(página de assinatura 2/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A." celebrada entre Construções e Comércio Camargo Correa S.A. e Arthur Brandi Sobrinho, em 16 de abril de 2010)

ARTHUR BRANDI SOBRINHO

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Arthur Brandi Sobrinho', is written over a horizontal line. The signature is stylized and cursive.A handwritten mark or signature in black ink, possibly initials, located at the bottom of the page.A small, handwritten mark or signature in black ink, located at the bottom right of the page.

JUCESP

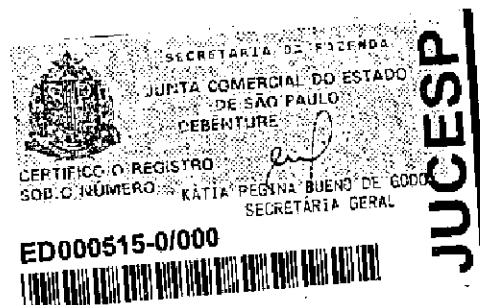
20 04 10

(página de assinatura 3/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A." celebrada entre Construções e Comércio Camargo Correa S.A. e Arthur Brandi Sobrinho, em 16 de abril de 2010)

Testemunhas:

1. *Paulo E. Gonçalves*
Nome: Paulo Eduardo Gonçalves
RG.: 27.892.028-7

2. *Mário Henrique*
Nome: Mário Henrique Cerqueira de Araújo
RG: 5.738.065



CM

f

CAMARGO
CORRÊA

PROCURAÇÃO

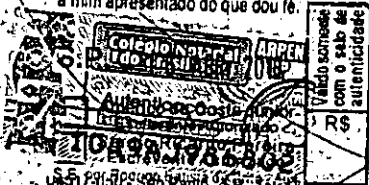
Pelo presente instrumento particular de procuração **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal nº. 160, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 61.522.512/0001-02, com documentos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 22.10.46, NIRE nº. 35300015908, por seus representantes legais abaixo assinados, nomeia e constitui seus bastante procuradores os Srs. **MAURO GRECCO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 059.492.018-33 e na OAB sob o nº. 81.445; **ANTÔNIO JOSE AFFONSO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº. 083.499.418-63 e portador da CI-RG sob o nº. 13.400.771-2 (SP); **ADRIANA ROSA DA SILVA MAZOTTI**, brasileira, casada, engenheira, inscrita no CPF/MF sob o nº. 745.603.366-87 e portadora da CI-RG sob o nº. 16.578.684-X (SP); **REGINALDO ANGELO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 074.889.958-80 e portador da CI-RG sob o nº. 14.042.512 (SP); **MÔNICA APARECIDA DA FONSECA FURLAN**, brasileira, casada, contadora, inscrita no CPF/MF sob o nº. 105.212.778-92 e portadora da CI-RG sob o nº. 17.810.760-8 (SP), residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, Rua Funchal, nº. 160, outorgando-lhes poderes, para o fim de, atuando sempre os Outorgados isoladamente, representar a Outorgante perante a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, podendo para tanto, assinar requerimentos, fichas cadastrais e outros documentos relacionados com o arquivamento de atos da Outorgante, enfim, praticar todos os demais atos que se fizerem necessários para o fiel e integral cumprimento do presente mandato. O presente instrumento de mandato revoga expressamente o instrumento de mandato nº. 090/2009 outorgado anteriormente. Os procuradores exercerão os poderes outorgados até que se mantenha seu vínculo empregatício com a outorgante. A presente procuração é válida até 31.12.2010, ficando vedado o seu substabelecimento.

São Paulo, 17 de dezembro de 2009.

CELSO PEREIRA DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Reginaldo dos Santos
Diretor

240 Oficial do Registro Civil das Pessoas
Naturais - Subdistrito Indianópolis
IRACEMA BOQUETTI MEROLA - OFICIAL
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica conforme o original
a mim apresentado do que dou fé.



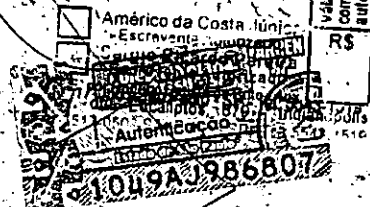
PROC Nº 852/2009

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.
Rua Funchal, 160 - São Paulo/SP - Brasil
PABX (11) 3841-5511 Fax (11) 3841-5813
www.cccc.camargocorreia.com.br

INDIANÓPOLIS

240 Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais - Subdistrito Indianópolis
IRACEMA BOQUETTI MEROLA - OFICIAL
AUTENTICAÇÃO - Autentico e presente
cópia reprográfica conforme o original
a mim apresentado do que dou fé.

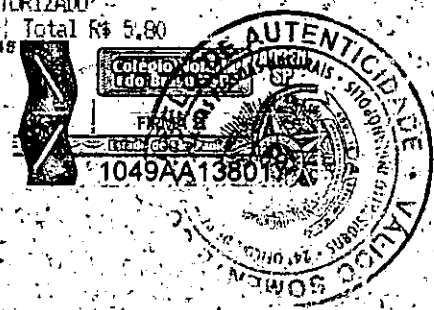
S.P. 16 ABR. 2010



OFICIAL REG. CIVIL PESSOAS NATURAIS DE INDIANÓPOLIS - 240 SUBDISTRITO
Av. dos Eucaliptos, 679 - Tel: 5543.1517 - OFICIAL: IRACEMA BOQUETTI MEROLA
NATURAL - Valido somente com o selo 1049AA138019

Reconheço, por semelhança, as firmas de: CELSO FERREIRA DE OLIVEIRA
e DALTON DOS SANTOS AVANCINI.
São Paulo, 29 de dezembro de 2009.
Em testemunho da verdade.

SERGIO RICARDO PEREIRA - ESCRIVENTE AUTORIZADO
(37/20091229152644) Preço da firma R\$ 2,90; Total R\$ 5,80
AV. JOAO CASTALDI, 679 - INDIANÓPOLIS - CEP 048



Cynela Brazil Realty S.A.

• Empreendimentos e Participações -

- CNPJ/MF nº 73.178.600/0001-15 e NIRE 35.300.137.728
Companhia Aberta de Capital Fechado

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária dos convidados ou acionistas da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimento e Participações ("Cyrela") a ser reunida em Assembleia Geral Extraordinária com o objetivo de deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovação das atas e relatórios relativos ao exercício social da Companhia para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2009 e 31 de março de 2010; (ii) eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia para o biênio 2010/2011; (iii) alteração no estatuto social da Companhia; (iv) referendação da alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia decorrente da deliberação do Conselho de Administração havida na reunião realizada em 24 de abril de 2009, de forma a refletir o aumento de capital nela deliberado; e (v) discutir e deliberar acerca da proposta de incorporação da Goldstein Participações S.A., companhia fechada com sede na Rua Mostardero, 800, 4º andar, na Cidade do Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.132.255-0001-90 ("Goldstein Participações") pela Companhia, após a consequente extinção da Goldstein Participações, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação da Goldstein Participações pela Companhia, datado de 18 de maio de 2009, e o parecer emitido pelo Comitê Independente de Assessoria à nomeação e contratação do Membro Deliberador sobre a incorporação denominada "Magalhães Andrade", para proceder à avaliação do passivo líquido das "Magalhães Andrade", a maior contábil, e elaboração do respectivo laudo de avaliação contábil, datado de 14 de maio de 2009; (vi) o resultado de avaliação contábil preparado pela Magalhães Andrade; (vii) o Protocolo; (viii) o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$41.038.844,94 (quarenta e um milhões, trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e novecentos e quatro centavos), como consequência da incorporação da Goldstein Participações, mediante a emissão, pela Companhia, de ações ordinárias (em moedas, selos e notas e ciro mil, setecentas e cinquenta e uma milésimas de real) e ações preferenciais sem direito nominal, e serem atribuídas aos acionistas da Goldstein Participações proporcionalmente à quantidade de ações por eles detidas no capital social da Goldstein Participações, em substituição às ações da Goldstein Participações por eles detidas, com a correspondente alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; e (ix) autorização à Diretoria da Companhia para que esta possa tomar todas e quaisquer providências necessárias à incorporação da Goldstein Participações pela Companhia. Informações Gerais Encomendadas são à disposição dos acionistas na sede da Companhia e em seu site eletrônico (<http://www.cyrela.com.br>) os documentos mencionados neste Edital, (b) os documentos necessários para a incorporação foram encaminhados a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e à BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na qual os valores mobiliários de emissão da Companhia estão administrados; e (c) O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data designada para a realização da Assembleia, e (d) Os Ações Participantes participam de custódia hipotecária de ações nominativas em nome próprio da Assembleia devendo apresentar extrato com data de emissão até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, considerando a respectiva participação acionista registrada perante órgão custodiante. São Paulo, 18 de maio de 2009.

Elle Horn - Presidente do Conselho de Administração

CNPJ/MF Nº 81.522.512/0001-02 - NIRE 35.3.0001590

Data: 04 (quarta) de maio de 2009, às 10:00 horas. Local: sede social na Rua Funchal nº 160, Vila Olímpia, São Paulo, Capital. Presença: membros do Conselho de Administração de Construtões e Comércio Camargo Corrêa S.A., abaixo relacionados, na conformidade do Parágrafo 5º do Artigo 11 da Estatuta Social, assinados por Antonio Miguel Marques, Presidente do Conselho de Administração; Ordem do Dia: eleição dos membros da Diretoria da Sociedade para o exercício de 2009. Deliberação: as Senhoras Conselheiras, por unanimidade dos presentes, decidiram reeleger, para o exercício de 2009, os seguintes membros para Diretoria da Sociedade: Diretor Presidente, Celso Ferreira de Oliveira, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 787.381.488-20, RG nº 6.815.170 (SP); Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios, João Ricardo Azeiteiro, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 742.666.068-53, RG nº 5.157.850 (SP); Diretor de Finanças e Planejamento, José Romário Rodrigues Neto, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 484.354.021-20, RG nº 1.487.678 (DF) e Diretores: Carlos Reynaldo Camarato, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 874.639.476-53, RG nº 6.120.651-4 (SP); Carlos Fernando Namar, brasileiro, solteiro, engenheiro, CPF nº 053.394.538-67, RG nº 8.372.312-2 (SP); Dalton dos Santos Avandini, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 094.948.488-10, RG nº 17.507.332 (SP); Marco Antonio Bucci, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 254.130.740-34, RG nº 4.773.377 (SP); Jose Ayres de Campos, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 040.345.188-47, RG nº 3.286.903 (SP); e Leonel Queiroz Vianna Neto, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 221.562.161-34, RG nº 6.249.054 (SP), todos domiciliados nesta Capital, na Rua Funchal nº 160. O mandato dos Diretores ora eleitos será de 01 (um) ano contados de presente data, ficando vago 2 (dois) cargos até 01 (um) ano contado de presente data, findo encerrada a reunião, da qual foi lavrada a ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes presentes. São os dados de 2009, a) Antonio Miguel Marques; Carlos Pires Oliveira; Dirceu de Souza Hallack e Flavia Albuquerque; Abrahm Cruz Rezende-Domingos; Vitor Salgueiro e Flavio Albuquerque de Almeida. Certifico que a presente é cópia do original. Antonio Miguel Marques - Presidente do Conselho de Administração. Secretária da Fazenda, Junta Comercial do Estado de São Paulo, Certificado de Registro sob o número 187.099-7 em 15/05/09. Ana Cristina de S.F. Calazão - Secretária Geral.

Companhia Aberta - CNPJ 62.258.884/0001-36 - NIRE 35.3.0002324-2
Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Realizada em 30 de Abril de 2009, às 09:30 Horas. Arquivada na

JUCEPS sob o nº 181.021.709-8, em 13/05/09.

por unanimidade e com as abstenções legais, os acionistas tomaram as seguintes deliberações, de conformidade com a ordem do dia: Ordinária:

Aprovadas sem restrições as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício, social encerrado em 31/12/2008;

Retificada a distribuição e o pagamento antecipado de dividendos do exercício social encerrado em 31/12/2008, no valor de R\$ 0,28 por ação ordinária deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 19 de março de 2008, imputando-se parte dessa valor ao dividendo mínimo obrigatório; 3. Aprovada a proposta do acionista Camargo Corrêa S.A. que estabelece o montante global destinado à remuneração fixa dos administradores e do Conselho de Administração, documento esse rubricado pela Mesa Diretora e arquivado na Sociedade; 4. Aprovada a distribuição e o aumento de capital social mediante a capitalização de reservas e lucros acumulados oriundos de benefício fiscal do Estado do Mato Grosso do Sul, no ano de 2008 no valor total de R\$ 9.855.590,00 (nove milhões, oitocentos e cinco mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), em emissão de novas ações e sem modificação do número de ações da Companhia, com consequente alteração na redação do "caput" do Artigo 5º do Estatuto Social; O capital social passa assim de R\$ 2.025.528.441,17 (dois bilhões, cento e dois milhões, quinhentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e dezessete centavos) para R\$ 2.112.332.391,67 (dois bilhões, cento e dois milhões, trezentos e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos), alterando-se a redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social para a seguinte: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 2.112.332.391,67 (dois bilhões, cento e dois milhões, trezentos e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais, sessenta e sete centavos), total integralizado, sendo em 203.258.241 (duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta e oito mil) ações, todas ordinárias, e sem valor nominal, sendo 112.543.326 (cento e doze milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e vinte e seis) ordinárias e 90.705.915 (noventa milhões, trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e quinze) preferenciais". Esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes.

ENERPEIXE S.A

Agroinvest Kayatani S.A.

Adm., JPMF em Espalheiros e Particip.
CNPJ/PME nº 33.062.193/0001-14 - NIRE 35300111036
Ato da AGO de 23/04/2009 (Lavrada na Forma de Sumário).
Data e Local: Data 23/04/09, às 15 h., no sede social, à R. Giuseppe Marzoni, 111, Bloco "C", Arapanguá/SP. **Presença:** A totalidade dos Acionistas, com direito a voto, conforme assinaturas lançadas no livro de Presença dos Acionistas e dos Administradores de Cia. Aberta: Pelo Presidente do Conselho de Administração, Sr. Kunikazu Ninomiya, Mesa Diretiva: Kunikazu Ninomiya, Presidente e Kyuziro Akimoto, Secretário. Edital de Convocação: Publicado no DOESP e no jornal Cruzeiro do Sul, nas datas 18 e 19 de maio de 2009. **Ordem do Dia:** 1) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis de exercício encerrado em 31/12/08; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido apurado nos exercícios de 31/12/08; e 3) Fixar a remuneração dos administradores para o exercício de 2009. **Deliberações:** Item 1º: Por unanimidade de votos, a Assembleia Geral aprovou as Demonstrações Contábeis, do exercício encerrado em 31/12/08, deixando de votar os legalmente impedidos. As Demonstrações Contábeis foram publicadas no DOESP e no jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba, na edição do dia 21/03/09, ficando dispensada a publicação do "Aviso aos Acionistas", prevista no art. 133, da Lei 6.404/78, de acordo com o seu § 5º. Item 2º: Por unanimidade de votos, a Assembleia Geral decidiu distribuir o total do lucro líquido de R\$ 12.555.315,48, apurado no exercício, destinado ao total do liquidado, para conta de Reserva de Lucros. A Resolução aprovada prevê que, para cada ação, será reservado 10% do valor nominal, conforme o art. 193 da Lei 6.404/78. Item 3º: Por unanimidade de votos, a Assembleia Geral fixou, para os Administradores, uma remuneração mensal global de R\$ 50.000,00, para o exercício de 2009. Encerramento: Nada mais havendo à tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos. Decorrido o tempo necessário, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pela mesa diretiva e pelos acionistas presentes. Arapanguá/SP, 23/04/09. aa.) Kunikazu Ninomiya – Presidente, Kyuziro Akimoto – Secretário. Acionistas: aa.) Kunikazu Ninomiya, Comercial Sól Parana S/A - Agropecuária; Agropecuária T. Igarapé Ltda.; Agropecuária, Empreendimentos e Participações Ltda.; Fumika Kato, Indústria e Comércio, Empresa Adorador, Kaysano, Edna Megumi Miyamoto e Edison Hasezi Kayama. Emissão: 1ª produção filial da ata lavrada no livro próprio, Arapanguá/SP, 23/04/09. Kyuziro Akimoto – Secretário. JUCESP nº 156.182/09-01 em 08/05/09. Ana Cristina de S.F. Calandara – Secretária Geral.

* CNPJ/MF nº 05.699.284/0001-07 - NIRE 35.300.196.414
Ata da Reunião do Conselho de Administração em 26/03/2009
Data, Hora e Local: Realizada às 10:00 horas de 26/03/2009, no

[illegible]

CNPJ/MF nº 04.858.525/0001-45 - NIRE 35.209.778/34
Ata de Reunião dos Sócios Realizada em 31.01.2009
Realizada em 31.01.2009, às 19h, na sede social, em São Paulo/SP

...a totalidade do capital social. Presidência por André Luiz de
...a Dias, e secretária por Aldes Antônino Marol. Desembargador
...os: Aprovado o "Protocolo de Justificação de Incorporação de
...ações S.A. pela Monsanto do Brasil Ltda.", datado de 26/03/2008,
...a contribuição dos seguintes partidos, para avaliação do Conselho
...da Aly Participações S.A.: Decênio Yamamoto, CPF nº 010.885.885-
...Roberto Francisco, CRC 116.497 e Eliana Santa Rosa Silva, CPF nº
...21.6039/3. S. Aprovado o "Laudo de Avaliação do Ativo Líquido da
...da Aly Participações S.A. em 31/03/2008, cujo valor de mercado líquido foi
...2008, negativo em R\$ 9.886.924,21. Considerado que o ativo líquido
...2008 é recebido por esta sociedade pelo custo valor, que há soci-
...adistas da Aly Participações S.A. Considerada a incorporação
...Aly Participações S.A. pela Monsanto do Brasil Ltda. Considera-
...uma vez que o ativo líquido da incorporação é negativo, a incorpo-
...é efetuada com re-
...ção das quotas do
...abuso praticado; (R)
...corário; e (R) a sociedade
...concordância da gestão e
...ração do Conselho S.
...da Aly Participações
...R\$ 26.069,57 para R\$ 51.
...Autorizados os admi-
...nistradores a todos os efi-
...a foi registrado na JUCESP nº 111.711.095-5 em 26.03.2009.
...tistina de F.G. Calandra - Secretária Geral.

CNPJ/ME nº 61.522.512/0001-02 - NIRE 35.3.0001599-8

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

A prioridade das ações preferenciais. Capítulo III da Assembleia Geral.

Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á, por convocação, ordinariamente, quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigir. Parágrafo Único - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência ou impedimento temporário deste, será instalada por outro membro do Conselho de Administração e presidida por aquele então ausente entre os presentes. O Presidente da Assembleia Geral convidará um outro economista para secretar os trabalhos.

Artigo 8º - Somente poderão votar e ser eleitos na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam inscritas em seu nome no Livro Promissórias e Letras de Câmbio, bem como aqueles que, por delegação expressa, estiverem representados na Assembleia. Parágrafo Único - Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador, na forma da lei, desde que a respectiva procuração seja depositada na sede da Sociedade até três (3) meses antes da data da Assembleia Geral.

Artigo 9º - A Assembleia Geral Ordinária compor-se-á: I - tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; III - eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso, IV - eleger os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e V - fixar a verba global destinada à remuneração fixa mensal dos administradores.

Artigo 10º - A Sociedade terá um Conselho de Administração composto por uma Diretoria, Artigo 11º - O Conselho de Administração compor-se-á de até dez (10) membros, todos acionistas, residentes no País, entre os qual a Assembleia Geral, com prazo de gestão de dois (2) anos, permite a reeleição. O prazo do gesto se estenderá até a investidura dos novos eleitos. Parágrafo 1º - O Presidente e os Vice-Presidentes do Conselho de Administração serão escolhidos pela Assembleia Geral. O Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos temporários, por um dos Vice-Presidentes. Parágrafo 2º - Quando o Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração não puder comparecer, poderá ser substituído por quem ele próprio designar, quando for o caso, e completará o prazo de prestação da administração.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente duas vezes ao mês e extraordinariamente, em qualquer data, mediante convocação do seu Presidente, quando os negócios da Companhia assim exigirem. Parágrafo 4º - A convocação para a reunião do Conselho de Administração será feita com uma antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias úteis e deverá conter uma indicação dos assuntos que serão tratados.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração somente poderá reunir-se para deliberar se presentes, no mínimo, 7 (sete) de seus membros. O Conselho de Administração poderá, no entanto, deliberar sem o cumprimento de convocação com a presença de menos da metade dos membros.

Parágrafo 6º - A convocação e a instalação de reuniões de Administração obedecerão às seguintes regras: I - a convocação de reuniões de Administração deverá ser por maioria de voto, cabendo ao Presidente, em caso de empate, voto de qualidade além do voto como membro do Conselho. Artigo 12 - Ao Conselho de Administração, além dos demais poderes previstos em lei e neste Estatuto, competirá: I - fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, definir a política de investimento e determinar sua realização conforme o que houver sido deliberado a respeito; II - aprovar o Regulamento Interno da Sociedade, do Conselho de Administração e da Diretoria; III - eleger e destituir a Diretoria e fixar-lhe as atribuições, observando o que a respeito dispõe este Estatuto; IV - autorizar a emissão de títulos de dívida da Companhia, inclusive livros e papéis da Sociedade, sob certas condições e sob certos limites, e autorizar a emissão de obrigações, resgatar e reformular sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e adquirir outros atos; V - convocar a Assembleia Geral; VI - manifestar-se sobre o relatório da administração e contas da Diretoria; VII - autorizar a alienação ou oneração, a qualquer título, de bens móveis e imóveis do ativo permanente, bem como a cessão ou oneração de direitos de lavra do minério; VIII - autorizar a contratação de mútuo e financiamento, e a emissão das respectivas Notas Promissórias e Letras de Câmbio; IX - autorizar a constituição de consórcio; X - autorizar a prestação de garantia a obrigações de terceiros, inclusive endossos, letras e aval; XI - autorizar a outorga de procuração para a representação legal da Companhia; XII - estabelecer o regime de controle interno e a fiscalização financeira e orçamentária da Companhia; XIII - emitir Notas Promissórias e Letras de Câmbio, quando se tratar de contrato de comércio ou negócio autorizado pelo Conselho de Administração; XIV - escolher e destituir auditores independentes; XV - declarar dividendos intermediários, nos casos previstos em lei e neste Estatuto; XVI - deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio; XVII - aprovar a verba global destinada à remuneração fixa dos administradores, e reconhecer a existência da Assembleia Geral e de seus atos, e, em tal sentido, emitir pareceres e pareceres de auditoria; XVIII - aprovar a remuneração mensal individual dos administradores, respeitada a verba global fixada pela Assembleia Geral; XIX - propor à Assembleia Geral a alteração do capital social; e XXVII - propor à Assembleia Geral a alteração do Estatuto Social.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá, através de resolução, autorizar a Diretoria a alienar, independentemente de prévia autorização, bens móveis do ativo permanente inservíveis aos negócios sociais. Artigo 13 - Competirá ao Presidente do Conselho de Administração: I - instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; II - instalar e presidir a Assembleia Geral; e III - desempenhar outras funções específicas que lhe forem atribuídas pelo Regulamento Interno ou pelas deliberações do Conselho de Administração.

Artigo 14 - A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral. Artigo 15 - A Diretoria, competente as áreas de responsabilidade e competência em que se estruturam seus cargos, compor-se-á de até 11 (onze) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios, um Diretor de Finanças e Planejamento e oito Diretores sem designação específica.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão todos residentes no País, acionistas ou não, elegíveis pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão de 1 (um) ano, permitida a reeleição. O prazo de gestão dos Diretores se estenderá até a investidura dos novos eleitos, desde que a respectiva procuração seja depositada na sede da Sociedade até três (3) meses antes da data da Assembleia Geral. Parágrafo 2º - Quando o Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração não puder comparecer, poderá ser substituído por quem ele próprio designar, quando for o caso, e completará o prazo de prestação da administração.

Parágrafo 3º - No caso de vaga de qualquer cargo da Diretoria, a substituição provida no parágrafo anterior do presente artigo servirá até a eleição do substituto definitivo pelo Conselho de Administração. O substituto definitivo completará o prazo de gestão do substituído. Artigo 18 - Na prática dos atos jurídicos dos quais resultar responsabilidade perante a Sociedade, esta se obrigará mediante as assinaturas do Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios e Diretor de Finanças e Planejamento, dois deles em conjunto, ou por estes Diretores em conjunto com qualquer um dos demais Diretores da Diretoria.

Artigo 19 - A Diretoria poderá emitir, em nome da Companhia, sob a modalidade de emissão de Notas Promissórias e Letras de Câmbio, bem como nos termos estabelecidos na prestação de garantia a obrigações de terceiros, inclusive no cheque, aceite, endosso, letra e aval, e Sociedade será representada por 2 (dois) Diretores, sendo, necessariamente, pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer dos demais Diretores da Sociedade, ressalvada a hipótese de autorização pelo Conselho de Administração, conforme inciso XI do Artigo 12 deste Estatuto. Parágrafo 2º - A assinatura de qualquer documento relativo à alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis do ativo permanente, cessão ou oneração de direitos de lavra do minério, contratação de mútuo ou financiamento, constituição de consórcio e prestação de garantia a obrigações de terceiros dependerá de prévia autorização do Conselho de Administração, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 deste Estatuto.

Artigo 17 - Além dos demais atribuições previstas neste Estatuto Social e no

Regulamento Interno da Sociedade, bem como de quaisquer outras que lhe forem conferidas por resolução do Conselho de Administração, competirá à Diretoria Presidencial: **Parágrafo 1º** - Administrar a Sociedade, ativa e passivamente, em nome da mesma, dentro dos limites da lei, observando os recursos e condições econômicas, jurídicas, sociais, técnicas, administrativas e de pessoal, e prestando a prestação de contas da administração perante a Assembleia Geral e a Diretoria, bem como coordenar e supervisionar os trabalhos desta; **Parágrafo 2º** - Cumprir este Estatuto, as resoluções da Assembleia Geral e as do Conselho de Administração; **Parágrafo 3º** - Coordenar, supervisionar os trabalhos e avaliar o desempenho dos demais Diretores, de conformidade com o que for definido no Regulamento Interno; **Parágrafo 4º** - O Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios, identificar e desenvolver novos negócios nacionais e internacionais; apoiar as Diretorias na elevação de novas oportunidades comerciais; coordenar os escritórios comerciais e de desenvolvimento de negócios e a representação comercial/institucional da Sociedade, de conformidade com o que for definido no Regulamento Interno; **Parágrafo 5º** - O Diretor de Finanças e Planejamento, elaborar o planejamento econômico, financeiro, administrativo e operacional, financeiro, contabilidade, análise de custos, desenvolvimento humano, organizacional, tecnologia da informação e essencial jurídica, de conformidade com o que for definido no Regulamento Interno; **Parágrafo 6º** - Os Diretores podem, além das atribuições que lhes são conferidas por lei e por este Estatuto, as contidas no Regulamento Interno. **Parágrafo 7º** - Os Diretores que exercerem atividades compreendidas no setor de Engenharia serão profissionais registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA. **Artigo 18** - A Sociedade, representada na contabilidade do Artigo 18, "caput", poderá estabelecer e manter na sua administração, sob a supervisão e aprovação da Diretoria, poderes especiais para a prestação dos atos e operações expressamente previstos, determinados e especificados no respectivo instrumento de procuração, executados expressamente aqueles atos jurídicos elencados no **Parágrafo 1º** do artigo 18 deste Estatuto. **Parágrafo 1º** - Respeitado o disposto no "caput" deste artigo, a representação da Sociedade no exterior, dependerá de prévia autorização do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º** - A Sociedade, respeitado o previsto na letra "a", inciso I do Artigo 17, deste Estatuto, poderá constituir mandataário para representá-la, ativa e passivamente, em julgo, com poderes específicos, para agir isoladamente, em nome da mesma, dentro dos limites da lei, observando os recursos e condições econômicas, jurídicas, sociais, técnicas, administrativas e de pessoal, e prestando a prestação de contas da administração perante a Assembleia Geral e a Diretoria, bem como coordenar e supervisionar os trabalhos desta; **Parágrafo 3º** - Cumprir este Estatuto, as resoluções da Assembleia Geral e as do Conselho de Administração; **Parágrafo 4º** - O Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios, identificar e desenvolver novos negócios nacionais e internacionais; apoiar as Diretorias na elevação de novas oportunidades comerciais; coordenar os escritórios comerciais e de desenvolvimento de negócios e a representação comercial/institucional da Sociedade, de conformidade com o que for definido no Regulamento Interno; **Parágrafo 5º** - O Diretor de Finanças e Planejamento, elaborar o planejamento econômico, financeiro, administrativo e operacional, financeiro, contabilidade, análise de custos, desenvolvimento humano, organizacional, tecnologia da informação e essencial jurídica, de conformidade com o que for definido no Regulamento Interno; **Parágrafo 6º** - Os Diretores podem, além das atribuições que lhes são conferidas por lei e por este Estatuto, as contidas no Regulamento Interno. **Parágrafo 7º** - Os Diretores que exercerem atividades compreendidas no setor de Engenharia serão profissionais registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA. **Artigo 19** - A remuneração dos membros da Diretoria será composta de: I - uma parte fixa, paga mensalmente, cujo montante individual não poderá ser superior ao estabelecido no Regulamento Interno, ressalvada a verba global fixada pela Assembleia Geral Ordinária; e II - uma parte variável, cujo montante global será fixado pelo Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais pertinentes, e cujos montantes individuais também serão aprovados pelo Conselho de Administração, segundo os critérios definidos no Regulamento Interno. **Capítulo V do Conselho Fiscal. Artigo 20** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confiere, composto de três (3) e até 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, adonistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º** - O Conselho Fiscal é órgão não permanente, somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido de qualquer dos membros do Conselho Fiscal, ou de qualquer dos membros da Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. **Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal terá, a respeito da remuneração. **Parágrafo 3º** - Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos, nos seus impedimentos ou faltas, pelos membros suplentes, segundo o ordem de nomeação na Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Balanço, Lucros e Sua Aplicação. Artigo 21** - O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 22** - Encerrado o exercício social, será levantado o balanço respectivo, com observância do período. **Artigo 23** - Do lucro líquido verificado será deduzida: I - uma parcela de 5% (cinco por cento) desse lucro líquido, destinada à constituição da reserva legal, observado o limite estabelecido em lei; II - uma parcela destinada à constituição de reservas para contingências, na forma de lei; III - uma parcela destinada ao dividendo obrigatório e que os acionistas, na forma do art. 6º deste Estatuto, têm direito; e IV - uma parcela de 5% (cinco por cento) destinada à reserva para renovação de equipamentos, observado o limite máximo de 50% (trinta por cento) do capital social. **Parágrafo Único** - O saldo das disposições legais aplicáveis, distribuído sobre a sua distribuição. **Artigo 24** - A Sociedade poderá levantar balanços semestrais ou, ainda, correspondentes a períodos menores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta do lucro apurado nestes balanços, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo 1º** - O Conselho de Administração poderá, também, declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **Parágrafo 2º** - Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no art. 9º, § 1º da Lei nº 9.306 de 29 de 12, de 1996. **Artigo 25** - O balanço a ser levantado no exercício social, salvo deliberação da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for decretada a sua distribuição e, em qualquer caso, dentro desse exercício social. **Capítulo VII - Da Liquidação. Artigo 26** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de entrá-la e nomear o liquidante. **Capítulo VIII - Das Disposições Gerais. Artigo 27** - As ações preferenciais poderão ser: I - proporcionais, em igualdade de condições com as ações ordinárias dos aumentos de capital decorrentes de conexão monetária e da capitalização de reservas e lucros. **Artigo 28** - E expressamente vedado o uso do nome da Sociedade para o estabelecimento de filial ou aval de favor. **Artigo 29** - A Assembleia Geral, através de deliberação tomada por maioria absoluta de votos, poderá, por unanimidade, alterar ou suprimir cláusulas do presente Estatuto sem prejuízo da validade das demais disposições do Estatuto. **Artigo 30** - O presente Estatuto será registrado no Livro das Sociedades Anônimas e demais legislações aplicáveis. **Observações Finais:** Este ato foi lido, aprovado e assinado pelos presentes: São Paulo, 24 de abril de 2008. a) Carlos Antonio Rossi Rosa, Presidente; Manoel Fernandes Magalhães Paes de Barros, Secretário; Adonizópolis; p/ Camargo Corrêa S.A. Ricardo Antonio Vilela, Diretor Geral; e José Alberto de Oliveira Diretor Financeiro; Carlos Antonio Rossi Rosa; Carlos Paes Oliveira Dias; Fernando do Anjo Botelho; Luiz Roberto Ortiz Hascamano; Raphael Antonio Nogueira de Freitas; Plêto Francisco Gervasio-Bland; J. José Edson Soares Franco; Francisco de Assis de Oliveira; Manoel Fernandes Magalhães Paes de Barros. Certifico que a presente é cópia fiel do original. Carlos Antonio Rossi Rosa - Presidente da Mesa. Secretário da Justiça e Defesa da Cidadania. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico Registro sob o nº 117.417.006-9 em 02.05.06. Cristiane da Silva F. Cordeiro Secretária Geral.

Sindicato dos Empregados de Clubes Esportivos e em Federações
Confederações e Associações Esportivas em Geral

pre: 1
te 5
pró: 1
e en
que: 1
A se
de 1
Leit
são
cal.

SECRETARIA DE JUSTIÇA E DEFESA
DA CIDADANIA
JUNTA COMISSÃO DO ESTADO
DE SÃO PAULO


CERTIFICADO DE REGISTRO
SOLICITADO Nº 01511
123.059/06-9

SECRETARIA GERAL

JUCESP

CNPJ 53.031.217/0001-25 - NIRE 33300099215
EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DE 29.3.2008
Aprovado o pagamento, em 29.3.2008, de dividendos intermediários no valor de R\$ 0,4119 por ação, com base na participação acionária de 29.3.2008 e por conta do dividendo obrigatório do exercício de 2006. Certificado "Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado de São Paulo: certifica o registro sob nº 107.02/00-8, em 24/4/08, à Cristiane da Silva F. Cordeiro - Secretária Geral".

Recomendamos a impressão desse Comprovante.
Para tanto, utilize a opção de impressão de seu browser.

 Bradesco INTERNET BANKING		GARE	02-Data de Vencimento	19/04/2010
		DR	03-Código de Receita	3700
15-Nome ou Razão Social Construccoes e Com. Camargo Correia S/A		04-Inscrição Estadual ou Código do Município ou Órgão		
16-Endereço Rua Funchal nro 160 - VI, Olimpia		05-CNPJ ou CPF		061522512/0001-02
Município Sao Paulo	UF SP	17-Telefone	06-Inscrição na Dívida Ativa ou N° da Etiqueta	
18-Tributo/Receita -----		19-CNAE	07-Referência	
		20-Placa de Veículo	08-N° AIIM, N° de Controle, N° da Guia, Registro Estatístico ou Matrícula	
21-Observações Emolumentos da JUCESP		09-Valor da Receita		128,00
		10-Juros de Mora		0,00
		11-Multa de Mora ou Multa por Infração		0,00
		12		
		13-Honorários Advocatícios		0,00
		14-Valor Total		128,00

A GARE-DR - Guia de Arrecadação Estadual acima foi paga através de pagamento eletrônico Internet Banking, dentro das condições especificadas, conforme portarias CAT-98 de 04/12/1997, CAT-60 de 08/08/2002 e processo D.A No. 744/97.

O lançamento do valor consta no extrato de Conta Corrente 0023676, junto à agência 0840, da data de pagamento 19/04/2010, sob protocolo 1063700.

Este documento serve como comprovante de pagamento. Portanto ele deverá ser guardado e apresentado ao Órgão quando solicitado.

N° Controle: 720.479.624.832.02

N° Autenticação: 003480657914860

Banco Bradesco S.A.
<http://www.bradesco.com.br>

AUTENTICAÇÃO

AijXUzPw zWrjFmeH eczLGYMU TNs6VEiX bboSQbFD 47E4hCq8 o@Ztu3+T Djf85tqT
xoPbNiAt 8MtmwaN6 aD2445qK 4qDlZmlw 4IAM#2as Sv#HUeVM FhjTB6Ag LiQaEXwr
yNeEIzCF Lc7SzZqN bQPdQQz# MG7osKXO GxHaKWeY J4cl@gET 07619107 03PS0281

AUTENTICAÇÃO DIGITAL

RMKDVHEZ MAEWL8TN 00003400 TR0013RG
GV1WM1UF PVQ0YRWR TKEP91YD 2FAUAK7X

1ª via

Alô Bradesco

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente

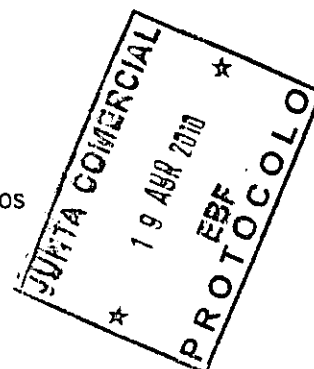
Cancelamento, Reclamações e Informações - 0800 704 8383

Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099

Atendimento 24h, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933

Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL POSICAO ATUAL

ESTE DOCUMENTO NAO TEM VALOR JURIDICO DE CERTIDAO

OS DADOS DESTA PRIMEIRA PAGINA CONSTANTES DOS QUADROS
CAPITAL - ENDEREÇO - OBJETO E TITULAR/SOCIO/DIRETORIA
REFEREM-SE A SITUACAO ATUAL DA EMPRESA E, QUANDO
POSSUIR, OS DADOS DOS 5 ULTIMOS ARQUIVAMENTOS

-----EMPRESA-----

DENOMINACAO ATUAL:
CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S.A.

TIPO : SOCIEDADE POR ACOES

-----NIRE MATRIZ----- --DATA DA CONSTITUICAO-- -----EMISSAO-----
| 35300015908 | | 22/10/1946 | | 20/04/2010 12:48 |

--INICIO DE ATIV.-- -----C.N.P.J.----- --INSCRICAO ESTADUAL--
| 22/10/1946 | | 61.522.512/0001-02 | |

-----CAPITAL-----

1.829.900.153,00 (UM BILHAO, OITOCENTOS E VINTE E NOVE MILHOES, NOV
ECENTOS MIL E CENTO E CINQUENTA E TRES REAIS.*****)

-----ENDEREÇO-----

LOGR.: RUA FUNCHAL
COMPLEMENTO:
MUNICIPIO: SAO PAULO

NUMERO: 220
BAIRRO: VILA OLIMPIA
CEP: NAO INF. UF: SP

-----OBJETO-----

OBRAS DE TERRAPLENAGEM
OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPACAO, EXCETO HOLDINGS
OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO ESPECIALIZADO EM
PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

-----TITULAR/SOCIOS/DIRETORIA-----

CELSO FERREIRA DE OLIVEIRA, NAC. BRASILEIRA, CPF 787.381.488-20, RG/RNE
6815170, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF.,
OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE.

JOAO RICARDO AULER, NAC. BRASILEIRA, CPF 742.666.088-53, RG/RNE 5157850,
RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O
CARGO DE DIRETOR E VICE-PRESIDENTE.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL POSICAO ATUAL

-----TITULAR/SOCIOS/DIRETORIA------(CONTINUACAO)-----

CARLOS REYNALDO CAMERATO, NAC. BRASILEIRA, CPF 874.839.478-53, RG/RNE 61206519, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

DALTON DOS SANTOS AVANCINI, NAC. BRASILEIRA, CPF 94.948.488-10, RG/RNE 17507332, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

MARCO ANTONIO BUCCO, NAC. BRASILEIRA, CPF 254.130.740-34, RG/RNE 4773377, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

JOSE AYRES DE CAMPOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 40.345.188-47, RG/RNE 7386909, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

CARLOS FERNANDO NAMUR, NAC. BRASILEIRA, CPF 55.394.538-67, RG/RNE 83723122, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

LEONEL QUEIROZ VIANNA NETO, NAC. BRASILEIRA, CPF 221.562.161-34, RG/RNE 6249054, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

JOSE FLORENCIO RODRIGUES NETO, NAC. BRASILEIRA, CPF 484.364.021-20, RG/RNE 1487678, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR FINANCEIRO.

ANTONIO MIGUEL MARQUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 279.996.456-72, RG/RNE 81397392, SP, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE PRES. DO CONSELHO ADM..

CARLOS PIRES OLIVEIRA DIAS, NAC. BRASILEIRA, CPF 578.464.058-53, RG/RNE 41122136, SP, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE VICE-PRESIDENTE E CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

LUIZ ROBERTO ORTIZ NASCIMENTO, NAC. BRASILEIRA, CPF 424.594.868-04, RG/RNE 41162754, SP, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE VICE-PRESIDENTE E CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ALBRECHT CURT REUTER-DOMENECH, NAC. AMERICANA, CPF 213.551.208-70, RG/RNE V1782194, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE VICE-PRESIDENTE E CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

VITOR SARQUIS HALLACK, NAC. BRASILEIRA, CPF 194.332.476-04, RG/RNE M253091, MG, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE CONSELHEIRO ADM..

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL POSICAO ATUAL

-----05 ULTIMOS ARQUIVAMENTOS-----		
NUM.DOC	SESSAO	ASSUNTO
34.186/10-4	21/01/2010	ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 27/11/2009. DELIBERACOES: FOI APROVADA A PRESTACAO DE GARANTIA A CNEC'ENGENHARIA S.A., PARA CONTRATACAO DE CARTAS DE FIANCA BANCARIA OU SEGURO GARANTIA NOS VALORES DE R\$ 9.503.000,00 E R\$ 30.600.000,00 PARA O CONTRATO DE FORNECIMENTO A OBRA JIRAU.
44.792/10-4	03/02/2010	ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/01/2010. DELIBERAR, CONFORME O ARTIGO 12, INCISO X DO ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE, SOBRE:(I) AUTORIZACAO DE PRESTACAO DE GARANTIA FIDEJUSSORIA A UFB SEGUROS S/A., INSCRITA NO C.N.P.J.: SOB O N 72.145.931/0001-99, SEDIADA A RUA SAO TOME, N 86, 4 E 20 ANDARES, VILA OLIMPIA, CIDADE E ESTADO DE SAO PAULO, NO VALOR DE USD 60,000,000.00; E(II) RATIFICAR A ASSUNCAO DE OBRIGACOES, PELA SOCIEDADE INCORRIDA MEDIANTE A ASSINATURA, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE FIADORA, DO CONTRATO DE SEGURO-GARANTIA MENCIONADO NO ITEM(I) ACIMA.
62.826/10-4	18/02/2010	ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/11/2009.
66.390/10-2	24/02/2010	ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 21/01/2010. DELIBERAR, CONFORME O ARTIGO 12, INCISO X DO ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE, SOBRE A CONCESSAO DE AVAL PARA A EMPRESA QUIP S.A. NA PARENT COMPANY GUARANTEE NO VALOR DE USD 60,000,000.00 DE PRAZO DE 03 (TRES) ANOS.
66.650/10-0	24/02/2010	ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 18/02/2010. DELIBERAR SOBRE A CAPTACAO, PELA SOCIEDADE, DE ATE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHOES DE REAIS) ATRAVES DE FINANCIAMENTO JUNTO AS INSTITUICOES FINANCEIRAS, BEM COMO A PRESTACAO DE GARANTIA PELA SOCIEDADE SOB A FORMA DE AVAL, FIANCA, NOTA PROMISSORIA, COMFORT LETTER OU STAND BY LETTER, PELO PRAZO DE ATE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.
AGUARDANDO 111.613/10-3	INDEXACAO 30/03/2010	ABERTURA DE FILIAL: NIRE 35903791322, SITUADA A AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1663, PINHEIROS, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF.. INICIO DAS ATIVIDADES: 23/03/2010. CONFORME A.R.D., DATADA DE: 23/03/2010.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL POSICAO ATUAL

-----05 ULTIMOS ARQUIVAMENTOS-----		
NUM.DOC	SESSAO	ASSUNTO
AGUARDANDO 126.437/10-5	INDEXACAO 12/04/2010	<p>ABERTURA DE FILIAL: NIRE 35903793155, SITUADA A RUA DOUTOR FERNANDES COELHO, 64, PINHEIROS, SAO PAULO, SP, CEP 05423 - 040. INICIO DAS ATIVIDADES: 23/03/2010. CONFORME A.R.D., DATADA DE: 23/03/2010.</p> <p>FILIAIS:</p> <p>35900316917, ABERT.EM 11/01/1982., (ENCERRADA)</p> <p>35900316925, ABERT.EM 11/01/1982., (ENCERRADA)</p> <p>35900836341, ABERT.EM 18/05/1987., (ENCERRADA)</p>
FIM DAS INFORMACOES NIRE: 35300015908		PAG.004

Ficha Cadastral - Dados da Empresa

Nr. de Controle na Internet:		005802232-5	
Tipo Jurídico:		Sociedade por Ações	
Nome Empresarial:		CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A.	
NIRE Sede:		3530001590-8	NIRE Filial:
CNPJ Sede:		61.522.512/0001-02	CNPJ Filial:
Inscr. Estadual:			I.E. Filial:
E-Mail:			
Logradouro:		RUA FUNCHAL	
Número:	160	CEP:	04551-060
		Bairro:	VILA OLIMPIA
Complemento:			
Município:	São Paulo	UF:	SP
		País:	Brasil

Atos

Debenture Escritura

Atividades Econômicas

Principal:	
Secundária:	

Descrição Objeto

Depende de Autorização Governamental:

Capital

Tipo de Capital:	País de Origem:
Data de Ass. Doc. ou Realiz. da Ata:	Tipo de Empresa:
16/04/2010	Normal

Amarrações

Escritura de Debentures

Emissão: 20/04/2010 Página : 1

Nº Escritura : 000.515-0/000
Nº N.I.R.E. 35300015908
Nº Protocolo : 0.326.416/10-9
Data Registro : 20/04/2010
Ato : ES
Agente Fiduciário : ARTHUR BRANDI SOBRINHO
Razão Social : CONSTRUÇOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S.A.

Valor Montante : 400000000
Quatrocentos Milhões Reais

Valor Unitário : 1000000
Um Milhão Reais

Quantidade Títulos : 400
Nominativa

Convertíveis : N

Espécie : Sem Preferencia

Data Emissão : 29/04/2010

Data Vencimento : 29/04/2015

Mir
De
Se
JU
R



SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBENTURE

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO

KATIA REGINA BUENO DE GODO
SECRETÁRIA GERAL

ED000515-0/000



JUCESP

erior

SEQ. DOC.

II

II



JUCESP PROTOCOLO
0.326.416/10-9



DATA-
DOR

JUNTA COMERCIAL
19 ABR 2010

EBF
PROTOCOLO

DEFERIDO

5ª TURMA

Sessão de 12.07.2011

Valmir Madázio
Pedro Nunes de Abreu
Newton Machado Morales

JUNTA COMERCIAL
19 ABR 2010

DADOS CADASTRAIS

SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR		NIRE DA SEDE 3530001590-8	CNPJ DA SEDE 61.522.512/0001-02
ATO(S) Debenture Escritura;			
NOME EMPRESARIAL CONSTRUÇÕES E COMERCIO CAMARGO CORRÊA S.A.			
LOGRADOURO RUA FUNCHAL		NÚMERO 160	
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO VILA OLÍMPIA	CEP 04551-060	CÓDIGO DO MUNICÍPIO 5433
MUNICÍPIO São Paulo.		UF SP	
CORREIO ELETRÔNICO		TELEFONE	
NOME DO ADVOGADO		N. OAB	U.F.
VALORES RECOLHIDOS GARE 128,00 DARF ISENTO	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA NOME: MAURO GRECCO (Procurador) ASSINATURA: DATA ASSINATURA: 18/04/2010		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

Controle Internet

005802232-5



2004 10
EBF
FOTOCOPIA

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO
CAMARGO CORREA S.A.

entre

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A.,
como Emissora,

e

ARTHUR BRANDI SOBRINHO
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

Datada de

16 de abril de 2010.





JUESP

20 04 10

ÍNDICE

1. TERMOS DEFINIDOS.....	8
2. AUTORIZAÇÃO	9
3. DOS REQUISITOS	9
4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	10
5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	12
6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO	20
7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	25
8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO	28
9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	34
10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO	35
11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	36
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	38
13. FORO.....	40

JUL 29

20 04 10

Este glossário é parte integrante "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A.".

GLOSSÁRIO

Agente Fiduciário	Arthur Brandi Sobrinho, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Av. São Gabriel, 333, 9º Andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com carteira de identidade RG nº 5.198.741/SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 596.779.888-91.
AGE	Assembléia Geral Extraordinária da Emissora
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais.
Assembléia Geral ou Assembléia Geral de Debenturistas	Assembléia Geral de Debenturistas.
Banco Mandatário	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
CPF/MF	Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Colocação de Debêntures

3



JUL 29

20 04 10

Simples, da Espécie Quirografária, Não Conversíveis em Ações, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 1ª Emissão Pública da Construções e Comércio Camargo Correa S.A., celebrado entre BB Banco de Investimento S.A. e a Emissora.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão

29 de abril de 2010.

Data de Pagamento
Remuneração

de Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura.

Data de Vencimento

29 de abril de 2015.

Debêntures

As 400 (quatrocentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da 1ª emissão da Construções e Comércio Camargo Correa S.A.

Debêntures em Circulação

Todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores e empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau, as quais serão consideradas debêntures em mercado.

Debenturistas

Os titulares das Debêntures.

Dívida Líquida

Soma do saldo devedor dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros e diferencial a pagar por operações com derivativos, menos o saldo em caixa, saldo de aplicações financeiras



JUL 2010

20 04 10

e o diferencial a receber por operações com derivativos.

EBITDA	Resultado operacional antes do resultado financeiro acrescido de depreciações e amortizações e subtraído de Resultado de Equivalência Patrimonial, referente ao acumulado dos últimos 12 (doze) meses.
Emissão	1ª (primeira) Emissão de debêntures da Emissora.
Emissora	Construções e Comércio Camargo Correa S.A.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
IPC-FIPE	Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
Instituição Depositária	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.



JUCESP

20 04 10

Instrução CVM nº 409/04

Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Investidores Qualificados

São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

JUCESP

Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Lei nº 6.404/76

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

JUCESP

20 04 10

Prêmio	Prêmio de resgate ou de amortização antecipada das Debêntures, calculado conforme o item 6.2.1 desta Escritura.
Remuneração	Juros correspondentes à variação acumulada de 109,90% (cento e nove inteiros e noventa por cento) da variação acumulada da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Vencimento.
SND	Módulo Nacional de Debêntures.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Valor Nominal ou Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão.



JUCESP

20 04 10

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO
CAMARGO CORREA S.A.**

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

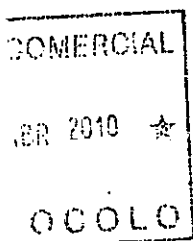
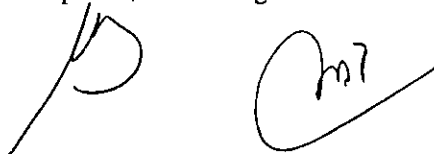
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A., sociedade por ações com sede na Rua Funchal, nº 160, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.522.512/0001-02 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35300015908, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente “Emissora”; e

ARTHUR BRANDI SOBRINHO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Av. São Gabriel, 333, 9º Andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com carteira de identidade RG nº 5.198.741/SSP-SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 596.779.888-91, nomeado neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominado simplesmente “Agente Fiduciário”;

celebram a presente “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A.”, doravante denominada simplesmente “Escritura”, nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário que precede esta Escritura.



JUCESP
20 04 10

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE realizada em 30 de março de 2010.

3. DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária

3.1.1.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Jornal da Tarde", edição nacional, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.2 Inscrição da Escritura

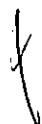
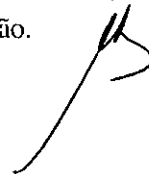
3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código Anbid de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.



JUCESP

20 04 10

4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto a exploração dos serviços de planejamento e a execução de projetos e obras de construção civil e de engenharia civil, inclusive de terraplenagem, sob regime de empreitada, administração ou outros admitidos; de operação, manutenção e montagem de usinas hidrelétricas, usinas térmicas e usinas eólicas; de operação, manutenção e montagem de gasodutos e oleodutos; de serviços públicos mediante concessão; de serviços de limpeza pública e ambiental e de urbanização; de administração de imóveis; de mineração em geral, por conta própria e/ou de terceiros, inclusive exploração e aproveitamento de jazidas minerais e comercialização de minérios, incluindo hidrocarbonetos; de serviços de transporte e de apoio aquaviário; serviços de operação portuária; de montagem industrial de módulos e plataformas marítimas para prospecção, produção e armazenagem de petróleo e gás e equipamentos afins; de instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, consultoria, planejamento, assessoria e estudos técnicos; representação; importação; exportação; locação; compra e venda de equipamentos e transporte. A Sociedade tem ainda por objeto a exploração da indústria naval, visando elaboração de projetos, construção, reparos, manutenção e modernização de embarcações, incluindo plataformas marítimas para prospecção, produção e armazenagem de petróleo e gás; e demais atividades conexas e decorrentes das atividades referidas acima. A Emissora pode, também, participar de outras sociedades, constituí-las, organizá-las e adquiri-las, observadas as disposições legais.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos.

4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

4.4 Montante da Emissão



JUCESP

20 04 10

4.4.1 O montante total da emissão será de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 400 (quatrocentas) Debêntures.

4.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

4.6.1 O Banco Mandatário e a Instituição Depositária será o Banco Bradesco S.A.

4.7 Destinação dos Recursos

4.7.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados pela Emissora para reforço do seu capital de giro.

4.8 Limite da Emissão

4.8.1 A Emissão atende ao limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei nº 6.404/76, uma vez que seu capital social, na Data de Emissão, é de R\$1.829.900.153,00 (um bilhão, oitocentos e vinte e nove milhões, novecentos mil e cento e cinquenta e três reais).

4.9 Registro na CETIP

4.9.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (ii) negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

4.9.2. Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09.



JUL 50

29 04 10

4.10 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.10.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do BB - Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30, e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o quanto estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

4.10.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de início de distribuição.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

5.1.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão.

5.1.2 Quantidade de Debêntures

5.1.2.1 Serão emitidas 400 (quatrocentas) Debêntures.

5.1.3 Número de Séries

5.1.3.1 A Emissão será em série única.

5.1.4 Data de Emissão

5.1.4.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 29 de abril de 2010.

JUCESP
20 04 10

5.1.5. *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.5.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de abril de 2015, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada na forma prevista nesta Escritura.

5.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

5.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.7.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.8 *Conversibilidade*

5.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

5.1.9 *Espécie*

5.1.9.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

5.2 **Subscrição**

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

JUCEP

20 04 10

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição estabelecido no item 4.10.2 acima.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

5.4 **Direito de Preferência**

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 **Atualização do Valor Nominal**

5.5.1 Não haverá atualização do valor nominal das Debêntures.

5.6 **Remuneração**

5.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 109,90% (cento e nove inteiros e noventa centésimos por cento) da Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que vier por último, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

5.6.2 A Remuneração será paga semestralmente, nos dias 29 de outubro e 29 de abril de cada ano ou no primeiro dia útil subsequente caso o mesmo não seja dia útil, sendo



JUCESP

20 04 10

que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 29 de outubro de 2010 e o último pagamento da Remuneração será devido em 29 de abril de 2015, data de vencimento da emissão.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = Vne \times (\text{Fator DI} - 1), \text{ onde:}$$

“J” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

“Vne” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right], \text{ onde:}$$



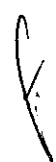
“n_{DI}” corresponde ao número total de Taxas DI, sendo “n_{DI}” um número inteiro;

“p” corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{onde:} \quad TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

“k” = 1, 2, ..., n, sendo “n” um número inteiro;

JUCESP

20 04 10

"DI_k" corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"d_k" = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo "d_k" igual a 1 (um) dia útil;

Observações:

- i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii) o fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100}\right)\right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- iii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_i \times \frac{p}{100}\right)\right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro dia útil subsequente ao prazo de 15 (quinze) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas para estes definirem, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro,

JUCEP

20 04 10

será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia realizada conforme o item 5.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito o Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

- i) resgate antecipado, pela Emissora, e conseqüente cancelamento antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, exclusive, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- ii) resgate antecipado, pela Emissora, e conseqüente cancelamento da totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento, e as amortizações originalmente programadas das Debêntures previstas nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a

JUL 09

20 04 10

amortização integral das Debêntures, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

5.8 Amortização Programada

5.8.1 O valor total da Emissão na Data de Emissão será amortizado em 3 (três) parcelas, da seguinte forma: (i) 33,3334% (trinta e três inteiros e três mil trezentos e trinta e quatro milionésimos por cento) devidos em 29 de abril de 2013; (ii) 33,3333% (trinta e três inteiros e três mil trezentos e trinta e três milionésimos por cento) devidos em 29 de abril de 2014; e (iii) 33,3333% (trinta e três inteiros e três mil trezentos e trinta e três milionésimos por cento) devidos na Data de Vencimento.

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pela instituição depositária contratada para este fim.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente

JUL 2019

20 04 10

o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

5.9.2 Prorrogação dos Prazos

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.9.3 Encargos Moratórios

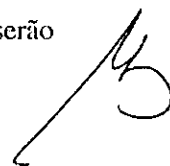
5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.10 Publicidade

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão



JUL 29

20 04 10

publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal "Jornal da Tarde", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Aquisição Antecipada Facultativa

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

6.2 Resgate e Amortização Antecipada

6.2.1 Ficará admitido à Emissora resgatar ou amortizar extraordinariamente parte ou a totalidade das Debêntures em circulação mediante publicação de aviso ou notificação com 15 (quinze) dias de antecedência aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário. Sobre o valor a ser resgatado ou amortizado, equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração incidente *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, bem como dos demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate ou amortização extraordinária, será devido Prêmio conforme disposto abaixo:

- i) na hipótese de o resgate e/ou amortização ocorrerem até o final do 12º (décimo segundo) mês da Data de Emissão: 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;



JUL 30

2014 10

- ii) na hipótese de o resgate e/ou amortização ocorrerem entre o início do 13º (décimo terceiro) mês e o final do 24º (vigésimo quarto) mês da Data de Emissão: 0,30% (trinta centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado;
- iii) na hipótese de o resgate e/ou amortização ocorrerem entre o início do 25º (vigésimo quinto) mês e o final do 36º (trigésimo sexto) mês da Data de Emissão: 0,15% (quinze centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado ou amortizado; e
- iv) na hipótese de o resgate e/ou amortização ocorrerem entre o início do 37º (trigésimo sétimo) mês até a Data de Vencimento das Debêntures não será devido o Prêmio.

6.2.1.1 A amortização parcial das Debêntures deverá acontecer de forma que todos os Debenturistas sejam contemplados de forma idêntica e será limitada a 90% (noventa por cento) do valor nominal ou saldo do valor nominal das Debêntures.

6.2.2 A CETIP deverá ser comunicada da realização do resgate total e/ ou amortização antecipada das Debêntures com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

6.2.3 Na hipótese de amortização antecipada ou resgate parcial das Debêntures, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis e com divulgação, conforme definido no item 5.10 acima, inclusive no que concerne às suas regras. Para as Debêntures custodiadas no SND, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. Entretanto, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar a amortização antecipada ou o resgate parcial, não haverá necessidade de ajuste nesta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.2.4 As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

6.3 Vencimento Antecipado



JUCEP

20 04 10

6.3.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, observado o disposto no item 6.3.2 abaixo, todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e exigirá da Emissora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

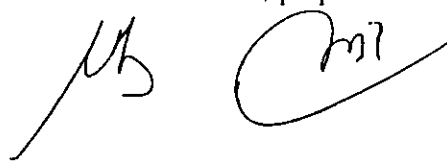
- i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- ii) não-pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, por período superior a 1 (um) dia útil contado das datas de vencimento;
- iii) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas na Escritura, não sanadas no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento;
- iv) inadimplemento, sem prejuízo dos prazos para seu saneamento previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, da sua controladora ou de quaisquer sociedades com participação e controle direto e exclusivo da Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) sem a devida contestação ou comprovação de cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- v) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na perda direta ou indireta, pelos atuais acionistas controladores, do poder de controle da Emissora, conforme definido na Lei nº 6.404/76, sem o prévio consentimento dos

JUCESP

20 04 10

Debenturistas reunidos em assembléia específica, excetuando-se, contudo, qualquer transferência do controle direto ou indireto da Emissora em que a sociedade(s) sucessora(s) seja(m) controlada(s) direta ou indiretamente pela Camargo Corrêa S.A ou por empresa que venha a substituí-la como holding do grupo econômico da Emissora;

- vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- vii) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora que, em conjunto ou isoladamente resulte ou possa resultar, em obrigação de pagamento pela Emissora de valor unitário superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou agregado superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para as quais não tenha feito provisão para pagamento;
- viii) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, sua controladora ou por qualquer de suas coligadas ou controladas;
- ix) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor individual ou agregado superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- x) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;



JUCESP

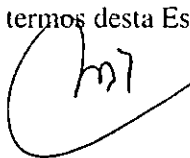
20 04 10

- xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas; e
- xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações a serem assumidas na Escritura.

6.3.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (i), (ii), (iii), (iv), (vi), (viii) e (xi) do item 6.3.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor e de qualquer aviso ou notificação à Emissora, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas do item 6.3.1 acima, devendo a Emissora ser notificada nos termos do item 6.3.4.

6.3.3 Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos listados nos itens 6.3.1 (v), (vii), (ix), (x), (xii) e (xiii) acima, convocará imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias da data de convocação, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis* até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas.

6.3.3.1 Na hipótese de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item anterior, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.



JUL 20

20 04 10

6.3.3.2 Na hipótese de aprovação do vencimento antecipado na forma do item 6.3.3.1 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos indicados nesta Escritura, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação, pelo Agente Fiduciário à Emissora nesse sentido, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28/83.

6.3.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Mandatário.

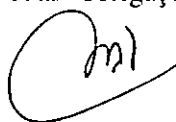
6.3.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada nos itens 6.3.3.2 e 6.3.4 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

6.3.6 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

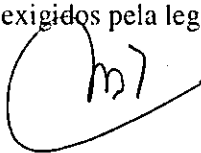
- i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - a) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;



JUL 20

20 04 10

- b) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário a expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
 - c) dentro de 30 (trinta) dias corridos após sua realização, (1) notificação da convocação, se houver, de qualquer Assembleia Geral de Acionistas ou Reunião do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, da Emissora, incluindo a data da assembléia ou reunião e a ordem do dia; e (2) cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora ;
 - d) dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
 - e) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor equivalente a, no mínimo, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em até 5 (cinco) dias úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes, sendo reajustado o valor acima referido, desde a Data de Emissão, pelo IGP-M; e
 - f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.3 acima no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência;
- ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;



JUCESP

20 04 10

- iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iv) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- v) cumprir todas as determinações da CVM, enviando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- viii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- ix) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- x) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- xi) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;

JUL 29

20 04 10

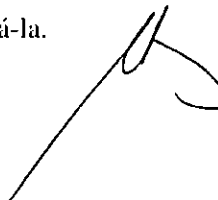
- xiii) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário e do Banco Mandatário;
- xiv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09; e
- xv) atender aos seguintes índices financeiros, calculados semestralmente com base nas demonstrações financeiras dos últimos 12 (doze) meses:
 - a) quociente entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos); e
 - b) quociente entre Patrimônio Líquido e Ativo Total da Emissora igual ou superior a 0,3 (três décimos).

8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 O Agente Fiduciário é nomeado como agente fiduciário desta Emissão e expressamente aceita para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido no item 8.2 acima, caberá à Emissora efetuar a convocação.



JUCESP

20 04 10

8.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

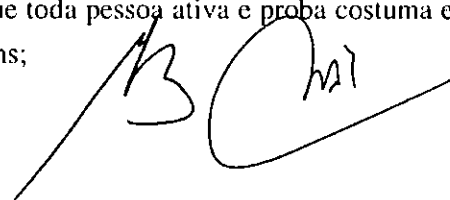
8.2.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

8.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

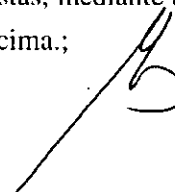
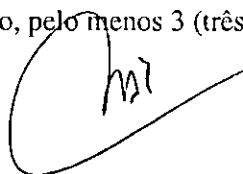
- i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;



JUCESP

20 04 10

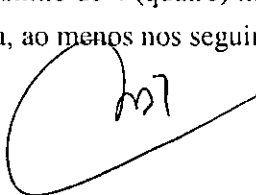
- ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, observado critério de razoabilidade, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- ix) solicitar, desde que comprovadamente necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima.;



JUL 20

20 04 10

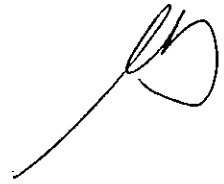
- xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida Assembleia;
- xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- xiii) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:



JUL 30
20 04 10

- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CETIP
 - d) na CVM; e
 - e) na sede da instituição intermediária líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xiv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
 - xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;
 - xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente ou amortizadas antecipadamente, se for o caso;
 - xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
 - xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP; e
 - xix) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76.

8.4 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos



JUL 29

20 04 10

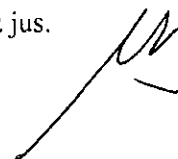
Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iii) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.4 (i) e (ii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos Debenturistas em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.4 (iii) acima.

8.6 Será devido ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o valor mensal de R\$3.000,00 (três mil reais), pagos até o dia 16 (dezesesseis) de cada mês. A remuneração do Agente Fiduciário será reajustada a cada período de 12 (doze) meses consecutivos de prestação de serviços, aplicando-se o índice da variação acumulada do IPC-FIPE ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores ao da aplicação do reajuste. Caberá à Emissora a responsabilidade pela retenção e recolhimento, nos prazos legalmente estabelecidos e em favor dos respectivos órgãos arrecadadores, dos tributos incidentes sobre a remuneração bruta devida.

8.6.1 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.



JUL 2019

20 04 10

8.6.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

8.6.3 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.

8.7 Sem prejuízo do disposto no item 8.6 acima, a Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, razoável e comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Referido ressarcimento será efetuado em 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

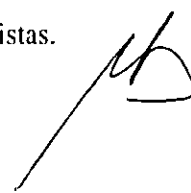
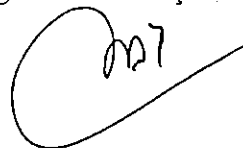
9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre Assembleia Geral de Acionistas.

9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.



JUCESP

20 04 10

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.


9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, amortização e/ou resgate ou das hipóteses de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 3/4 (três quartos) das Debêntures em Circulação.

9.8.1 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerão da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exeqüível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;



JUL 29

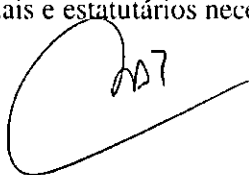
20 04 10

- v) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- vii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- x) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
e
- xi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

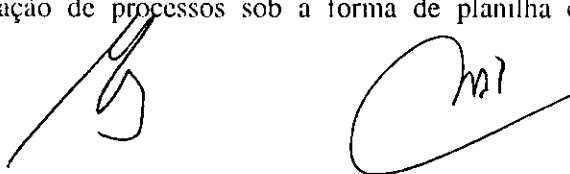
- i) é companhia validamente constituída e existente, em situação regular, segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;



JUCESP

20 04 10

- iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das debêntures na CETIP;
- vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- x) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados em relação de processos sob a forma de planilha contendo seus principais dados; e



JUCESP
20 04 10

- xi) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes à condução de seus negócios.

11.2 A Emissora se compromete a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

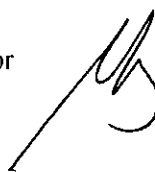
12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) Para a Emissora:

Construções e Comércio Camargo Correa S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 – 6º andar
01452-001 - São Paulo - SP
At.: Adriana Rosa da Silva Mazotti
Telefone: (11) 2787-4075
Fax: (11) 2787-4513
Correio eletrônico: adriana.mazotti@camargocorrea.com.br
At.: Paulo Eduardo Gonçalves
Telefone: (11) 2787-4863
Fax: (11) 2787-4513
Correio eletrônico: paulo.eduardo@camargocorrea.com.br

- ii) Para o Agente Fiduciário:

Arthur Brandi Sobrinho
Av. São Gabriel, 333, 9º Andar
01435-001 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3706-2111
Fax: (11) 3706-2100
Correio eletrônico: abrandi@brandi.com.br



JUCESP
20 04 10

iii) Para o Banco Mandatário e Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus – Prédio Amarelo - 2º Andar
06029-900 – Osasco – SP
At.: Marcelo Poli
Telefone: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-2714
Correio eletrônico: 4010.mpoli@bradesco.com.br

iv) Para a CETIP:

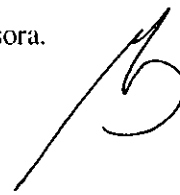
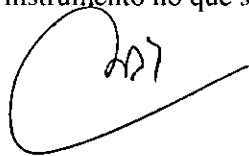
CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Avenida República do Chile, 230, 11º andar
20031-170 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481
Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

ou

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
01009-000 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais partes mencionadas no presente instrumento no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.



JUCESP

20 04 10

12.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

12.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

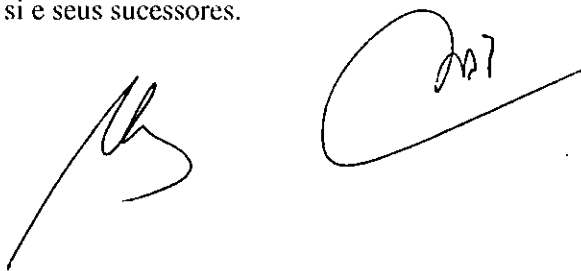
12.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.7 Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

13. **FORO**



JUCESP

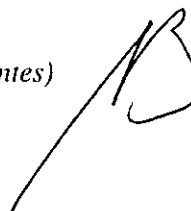
20 04 10

13.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 16 de abril de 2010

(assinaturas nas páginas seguintes)

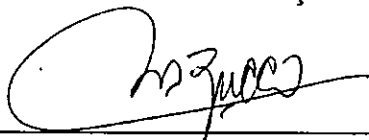


JUCESP

20 04 10

(página de assinatura 1/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A." celebrada entre Construções e Comércio Camargo Correa S.A. e Arthur Brandi Sobrinho, em 16 de abril de 2010)

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A.



Nome:

Cargo:

Marco Antonio Bucco
Diretor



Nome:

Cargo:

José Florêncio Rodrigues Neto
Diretor

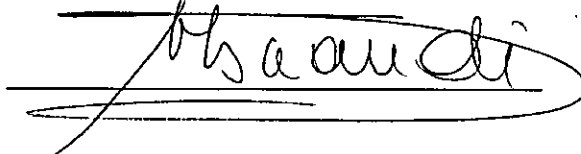


JUCESP

20 04 10

(página de assinatura 2/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A." celebrada entre Construções e Comércio Camargo Correa S.A. e Arthur Brandi Sobrinho, em 16 de abril de 2010)

ARTHUR BRANDI SOBRINHO

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Arthur Brandi Sobrinho', is written over a horizontal line. The signature is stylized and cursive.A small, handwritten signature or mark in black ink, possibly initials, located at the bottom of the page.A small, handwritten mark or signature in black ink, located at the bottom right of the page.

JUCESP

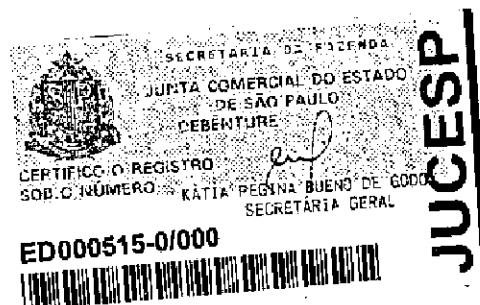
20 04 10

(página de assinatura 3/3 da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construções e Comércio Camargo Correa S.A." celebrada entre Construções e Comércio Camargo Correa S.A. e Arthur Brandi Sobrinho, em 16 de abril de 2010)

Testemunhas:

1. *Paulo E. Gonçalves*
Nome: Paulo Eduardo Gonçalves
RG.: 27.892.028-7

2. *Mário Henrique*
Nome: Mário Henrique Cerqueira de Araújo
RG: 5.738.065



CM

1

**CAMARGO
CORRÊA**

PROCURAÇÃO

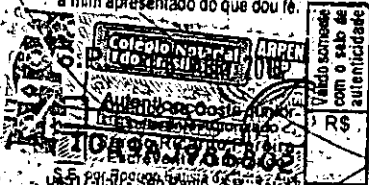
Pelo presente instrumento particular de procuração **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal nº. 160, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 61.522.512/0001-02, com documentos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 22.10.46, NIRE nº. 35300015908, por seus representantes legais abaixo assinados, nomeia e constitui seus bastante procuradores os Srs. **MAURO GRECCO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 059.492.018-33 e na OAB sob o nº. 81.445; **ANTÔNIO JOSE AFFONSO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº. 083.499.418-63 e portador da CI-RG sob o nº. 13.400.771-2 (SP); **ADRIANA ROSA DA SILVA MAZOTTI**, brasileira, casada, engenheira, inscrita no CPF/MF sob o nº. 745.603.366-87 e portadora da CI-RG sob o nº. 16.578.684-X (SP); **REGINALDO ANGELO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 074.889.958-80 e portador da CI-RG sob o nº. 14.042.512 (SP); **MÔNICA APARECIDA DA FONSECA FURLAN**, brasileira, casada, contadora, inscrita no CPF/MF sob o nº. 105.212.778-92 e portadora da CI-RG sob o nº. 17.810.760-8 (SP), residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, Rua Funchal, nº. 160, outorgando-lhes poderes, para o fim de, atuando sempre os Outorgados isoladamente, representar a Outorgante perante a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, podendo para tanto, assinar requerimentos, fichas cadastrais e outros documentos relacionados com o arquivamento de atos da Outorgante, enfim, praticar todos os demais atos que se fizerem necessários para o fiel e integral cumprimento do presente mandato. O presente instrumento de mandato revoga expressamente o instrumento de mandato nº. 090/2009 outorgado anteriormente. Os procuradores exercerão os poderes outorgados até que se mantenha seu vínculo empregatício com a outorgante. A presente procuração é válida até 31.12.2010, ficando vedado o seu substabelecimento.

São Paulo, 17 de dezembro de 2009.

CELSO PEREIRA DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Reginaldo dos Santos
Diretor

240 Oficial do Registro Civil das Pessoas
Naturais - Subdistrito Indianópolis
IRACEMA BOQUETTI MEROLA - OFICIAL
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica conforme o original
a mim apresentado do que dou fé.



PROC Nº 852/2009

CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.
Rua Funchal, 160 - São Paulo/SP - Brasil
PABX (11) 3841-5511 Fax (11) 3841-5813
www.cccc.camargocorreia.com.br

INDIANÓPOLIS

240 Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais - Subdistrito Indianópolis
IRACEMA BOQUETTI MEROLA - OFICIAL
AUTENTICAÇÃO - Autentico e presente
cópia reprográfica conforme o original
a mim apresentado do que dou fé.

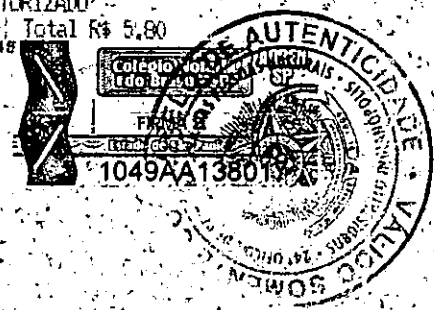
S.P. 16 ABR. 2010



OFICIAL REG. CIVIL PESSOAS NATURAIS DE INDIANÓPOLIS - 240 SUBDISTRITO
Av. dos Eucaliptos, 679 - Tel: 5543.1517 - OFICIAL: IRACEMA BOQUETTI MEROLA
NATURAL: Valido somente com o selo 1049AA138019

Reconheço, por semelhança, as firmas de: CELSO FERREIRA DE OLIVEIRA
e DALTON DOS SANTOS AVANCINI.
São Paulo, 29 de dezembro de 2009
Em testemunho da verdade.

SERGIO RICARDO PEREIRA - ESCRIVENTE AUTORIZADO
(37/20091229152644) Preço da firma R\$ 2,90; Total R\$ 5,80
AV. JOAO CASTALDI, 679 - INDIANÓPOLIS - CEP 048



CNPJ/ME nº 61.522.512/0001-02 - NIRE 35.3.0001599-8

[illegible]

Regulamento Interno da Sociedade, bem como de qualquer outras que lhe forem conferidas por resolução do Conselho de Administração, competirá: I - ao Diretor Presidente: Assessorar a Sociedade, ativa e passivamente, em todas as matérias que lhe forem atribuídas; e, por delegação, representar a Sociedade, quando necessário; II - ao Diretor de Administração: Assessorar a Sociedade, ativa e passivamente, em todas as matérias que lhe forem atribuídas; e, por delegação, representar a Sociedade, quando necessário; III - ao Diretor de Finanças e Planejamento: Assessorar a Sociedade, ativa e passivamente, em todas as matérias que lhe forem atribuídas; e, por delegação, representar a Sociedade, quando necessário; IV - ao Diretor de Desenvolvimento de Negócios: Identificar e desenvolver novos negócios nacionais e internacionais; apoiar as Direções na elevação de novas oportunidades comerciais; coordenar os escritórios comerciais e de desenvolvimento de negócios e a representação comercial/institucional da Sociedade, de conformidade com o que for definido no Regulamento Interno; V - ao Diretor de Recursos Humanos: Identificar e desenvolver novos talentos humanos; implementar a organização, tecnologia da informação e estruturas organizacionais, de conformidade com o que for definido no Regulamento Interno; VI - Aos Diretores completos, além das atribuições que lhes são conferidas por lei e por este Estatuto, as contidas no Regulamento Interno. Parágrafo Único: Os Diretores que exercerem atividades compreendidas no setor de Engenharia serão profissionais registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA. Artigo 18 - A Sociedade, representada na conformidade do Artigo 17, inciso I, deste Estatuto e observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, poderá celebrar contratos, acordos, convênios, contratos de prestação de serviços expressamente previstos, determinados e especificados no respectivo instrumento de procuração, executados expressamente aqueles atos jurídicos elencados no Parágrafo 1º do Artigo 15 deste Estatuto. Parágrafo 1º - Respeitado o disposto no "caput" deste artigo, a representação da Sociedade no exterior, dependerá de prévia autorização do Conselho de Administração. Parágrafo 2º - A Sociedade, respeitado o previsto na letra "a", inciso I do Artigo 17, deste Estatuto, poderá constituir mandatório para representar-la, ativa e passivamente, em tudo, com poderes específicos, para agir isoladamente, em nome próprio, em nome pessoal. Parágrafo 3º - A Sociedade, dentro dos limites legais com poderes específicos, das autoridades nos termos do inciso XI do Artigo 12, todas as outras terão prazo de vigência determinado, que não poderá ultrapassar o do exercício social em que forem outorgadas. Excepcionalmente, o mandato outorgado no último trimestre do exercício social poderá ter seu prazo de duração prolongado até o último dia do exercício social subsequente. Parágrafo 4º - Os procuradores da Sociedade agirão: a) em conjunto com um diretor ou com outro procurador, com exceção para: b) isoladamente, quando essa condição vier expressamente consignada no instrumento de mandato. Artigo 19 - A remuneração dos membros da Direção será composta de: I - uma parte fixa, paga mensalmente, cujo montante individual não poderá exceder o estabelecido no Regulamento Interno; e, II - uma parte variável, cujo montante global pela Assembleia Geral Ordinária, e, III - uma parte variável, cujo montante global será fixado pelo Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais pertinentes, e cujas montantes individuais também serão aprovados pelo Conselho de Administração, segundo os critérios definidos no Regulamento Interno. Capítulo V do Conselho Fiscal. Artigo 20 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confiere, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, adonantes ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal é órgão não permanente, somente será instalado pela Assembleia Geral a pedido de qualquer dos membros do Conselho Fiscal, ou a requerimento de qualquer da Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. Parágrafo 2º - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal terá, a respeito, a representação. Parágrafo 3º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos, nos seus impedimentos ou faltas, pelos membros suplentes, segundo o ordem de nomeação na Assembleia Geral que os eleger. Capítulo VI - Do Exercício Social, Balanço, Lucros e Sua Aplicação. Artigo 21 - O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 22 - Encerrado o exercício social, será levantado o balanço respectivo, com observância das disposições legais aplicáveis, e o balanço será aprovado pelo Conselho de Administração no período. Artigo 23 - Do lucro líquido verificado será deduzida: I - uma parcela de 5% (cinco por cento) desse lucro líquido, destinada à constituição da reserva legal; observado o limite estabelecido em lei; II - uma parcela destinada à constituição de reservas para contingências, na forma da lei; III - uma parcela destinada ao dividendo obrigatório e que os acionistas, na forma do art. 6º deste Estatuto, têm direito; e IV - uma parcela de 5% (cinco por cento) destinada à reserva para renovação de equipamentos, observado o limite máximo de 30% (trinta por cento) do capital social. Parágrafo Único - O saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso I, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso II, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso III, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso IV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso V, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso VI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso VII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso VIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso IX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso X, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXXI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXXII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXXIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXXIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXXV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXXVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXXVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXXVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XXXIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XL, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XLI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XLII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XLIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XLIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XLV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XLVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XLVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XLVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso XLIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso L, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXIX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXX, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXXI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXXII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXXIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXXIV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXXV, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXXVI, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXXVII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXXXXXVIII, do Artigo 23, e do saldo do lucro líquido líquido das deduções previstas no inciso LXXXX

Sindicato dos Empregados de Clubes Esportivos e em Federações
Conferências e Academias Esportivas

PRO: 1
E
PRO: 2
E
EN: 3
QUE: 4
A SE: 5
RIND: 6
LEIT: 7
SÃO: 8
CAL: 9

SECRETARIA DE JUSTIÇA E ORÇAMENTO
CIVIL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO


CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO: 01517
123.059/06-9

INSTRUMENTO DE REGISTRO
NÚMERO: 01517
SISTEMA DE REGISTRO

JUCESP

CNPJ 53.031.217/0001-25 - NIRE 3530090215
EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DE 29.3.2006.
Aprovado o pagamento, em 29.3.2006, de dividendos Intermediários no
valor de R\$ 0,4109 por ação, com base na participação acionária de 29.3.2006
e por conta do dividendo obrigatório do exercício de 2006. Certifico
"Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Junta Comercial do Estado
de São Paulo: certifico o registro sob nº 107.024/06-8, em 24/4/06, (L)
Cristiane de Sá F. Corrêa - Secretária Geral".

Recomendamos a impressão desse Comprovante.
Para tanto, utilize a opção de impressão de seu browser.

 Bradesco INTERNET BANKING		GARE	02-Data de Vencimento	19/04/2010
		DR	03-Código de Receita	3700
15-Nome ou Razão Social Construccoes e Com. Camargo Correia S/A		04-Inscrição Estadual ou Código do Município ou Órgão		
16-Endereço Rua Funchal nro 160 - VI, Olimpia		05-CNPJ ou CPF		061522512/0001-02
Município Sao Paulo	UF SP	17-Telefone	06-Inscrição na Dívida Ativa ou N° da Etiqueta	
18-Tributo/Receita -----		19-CNAE	07-Referência	
		20-Placa de Veículo	08-N° AIIM, N° de Controle, N° da Guia, Registro Estatístico ou Matrícula	
21-Observações Emolumentos da JUCESP		09-Valor da Receita		128,00
		10-Juros de Mora		0,00
		11-Multa de Mora ou Multa por Infração		0,00
		12		
		13-Honorários Advocatícios		0,00
		14-Valor Total		128,00

A GARE-DR - Guia de Arrecadação Estadual acima foi paga através de pagamento eletrônico Internet Banking, dentro das condições especificadas, conforme portarias CAT-98 de 04/12/1997, CAT-60 de 08/08/2002 e processo D.A No. 744/97.

O lançamento do valor consta no extrato de Conta Corrente 0023676, junto à agência 0840, da data de pagamento 19/04/2010, sob protocolo 1063700.

Este documento serve como comprovante de pagamento. Portanto ele deverá ser guardado e apresentado ao Órgão quando solicitado.

N° Controle: 720.479.624.832.02

N° Autenticação: 003480657914860

Banco Bradesco S.A.
<http://www.bradesco.com.br>

AUTENTICAÇÃO

AijXUzPw zWrjFmeH eczLGYMU TNs6VEiX bboSQbFD 47E4hCq8 o@Ztu3+T Djf85tqT
xoPbNiAt 8Mtmwan6 aD2445qK 4qDlZmlw 4IAM#2as Sv#HUeVM FhjTB6Ag LiQaEXwr
yNeEIzCF Lc7SzZqN bQPdQQz# MG7osKXO GxHaKWeY J4cl@gET 07619107 03PS0281

AUTENTICAÇÃO DIGITAL

RMKDVHEZ MAEWL8TN 00003400 TR0013RG
GV1WM1UF PVQ0YRWR TKEP91YD 2FAUAK7X

1ª via

Alô Bradesco

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente

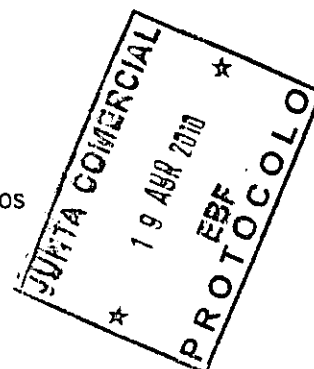
Cancelamento, Reclamações e Informações - 0800 704 8383

Deficiente Auditivo ou de Fala - 0800 722 0099

Atendimento 24h, 7 dias por semana

Ouvidoria - 0800 727 9933

Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL POSICAO ATUAL

ESTE DOCUMENTO NAO TEM VALOR JURIDICO DE CERTIDAO

OS DADOS DESTA PRIMEIRA PAGINA CONSTANTES DOS QUADROS
CAPITAL - ENDEREÇO - OBJETO E TITULAR/SOCIO/DIRETORIA
REFEREM-SE A SITUACAO ATUAL DA EMPRESA E, QUANDO
POSSUIR, OS DADOS DOS 5 ULTIMOS ARQUIVAMENTOS

-----EMPRESA-----

DENOMINACAO ATUAL:
CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S.A.

TIPO : SOCIEDADE POR ACOES

-----NIRE MATRIZ----- --DATA DA CONSTITUICAO-- -----EMISSAO-----
| 35300015908 | | 22/10/1946 | | 20/04/2010 12:48 |

--INICIO DE ATIV.-- -----C.N.P.J.----- --INSCRICAO ESTADUAL--
| 22/10/1946 | | 61.522.512/0001-02 | |

-----CAPITAL-----

1.829.900.153,00 (UM BILHAO, OITOCENTOS E VINTE E NOVE MILHOES, NOV
ECENTOS MIL E CENTO E CINQUENTA E TRES REAIS.*****)

-----ENDEREÇO-----

LOGR.: RUA FUNCHAL
COMPLEMENTO:
MUNICIPIO: SAO PAULO

NUMERO: 220
BAIRRO: VILA OLIMPIA
CEP: NAO INF. UF: SP

-----OBJETO-----

OBRAS DE TERRAPLENAGEM
OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPACAO, EXCETO HOLDINGS
OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO ESPECIALIZADO EM
PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

-----TITULAR/SOCIOS/DIRETORIA-----

CELSO FERREIRA DE OLIVEIRA, NAC. BRASILEIRA, CPF 787.381.488-20, RG/RNE
6815170, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF.,
OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE.

JOAO RICARDO AULER, NAC. BRASILEIRA, CPF 742.666.088-53, RG/RNE 5157850,
RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O
CARGO DE DIRETOR E VICE-PRESIDENTE.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL POSICAO ATUAL

-----TITULAR/SOCIOS/DIRETORIA----- (CONTINUACAO)-----

CARLOS REYNALDO CAMERATO, NAC. BRASILEIRA, CPF 874.839.478-53, RG/RNE 61206519, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

DALTON DOS SANTOS AVANCINI, NAC. BRASILEIRA, CPF 94.948.488-10, RG/RNE 17507332, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

MARCO ANTONIO BUCCO, NAC. BRASILEIRA, CPF 254.130.740-34, RG/RNE 4773377, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

JOSE AYRES DE CAMPOS, NAC. BRASILEIRA, CPF 40.345.188-47, RG/RNE 7386909, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

CARLOS FERNANDO NAMUR, NAC. BRASILEIRA, CPF 55.394.538-67, RG/RNE 83723122, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

LEONEL QUEIROZ VIANNA NETO, NAC. BRASILEIRA, CPF 221.562.161-34, RG/RNE 6249054, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR.

JOSE FLORENCIO RODRIGUES NETO, NAC. BRASILEIRA, CPF 484.364.021-20, RG/RNE 1487678, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE DIRETOR FINANCEIRO.

ANTONIO MIGUEL MARQUES, NAC. BRASILEIRA, CPF 279.996.456-72, RG/RNE 81397392, SP, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE PRES. DO CONSELHO ADM..

CARLOS PIRES OLIVEIRA DIAS, NAC. BRASILEIRA, CPF 578.464.058-53, RG/RNE 41122136, SP, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE VICE-PRESIDENTE E CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

LUIZ ROBERTO ORTIZ NASCIMENTO, NAC. BRASILEIRA, CPF 424.594.868-04, RG/RNE 41162754, SP, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE VICE-PRESIDENTE E CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

ALBRECHT CURT REUTER-DOMENECH, NAC. AMERICANA, CPF 213.551.208-70, RG/RNE V1782194, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE VICE-PRESIDENTE E CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO.

VITOR SARQUIS HALLACK, NAC. BRASILEIRA, CPF 194.332.476-04, RG/RNE M253091, MG, RESIDENTE A RUA FUNCHAL, 160, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF., OCUPANDO O CARGO DE CONSELHEIRO ADM..

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL POSICAO ATUAL

-----05 ULTIMOS ARQUIVAMENTOS-----		
NUM.DOC	SESSAO	ASSUNTO
34.186/10-4	21/01/2010	ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 27/11/2009. DELIBERACOES: FOI APROVADA A PRESTACAO DE GARANTIA A CNEC'ENGENHARIA S.A., PARA CONTRATACAO DE CARTAS DE FIANCA BANCARIA OU SEGURO GARANTIA NOS VALORES DE R\$ 9.503.000,00 E R\$ 30.600.000,00 PARA O CONTRATO DE FORNECIMENTO A OBRA JIRAU.
44.792/10-4	03/02/2010	ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 22/01/2010. DELIBERAR, CONFORME O ARTIGO 12, INCISO X DO ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE, SOBRE:(I) AUTORIZACAO DE PRESTACAO DE GARANTIA FIDEJUSSORIA A UFB SEGUROS S/A., INSCRITA NO C.N.P.J.: SOB O N 72.145.931/0001-99, SEDIADA A RUA SAO TOME, N 86, 4 E 20 ANDARES, VILA OLIMPIA, CIDADE E ESTADO DE SAO PAULO, NO VALOR DE USD 60,000,000.00; E(II) RATIFICAR A ASSUNCAO DE OBRIGACOES, PELA SOCIEDADE INCORRIDA MEDIANTE A ASSINATURA, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTE FIADORA, DO CONTRATO DE SEGURO-GARANTIA MENCIONADO NO ITEM(I) ACIMA.
62.826/10-4	18/02/2010	ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 03/11/2009.
66.390/10-2	24/02/2010	ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 21/01/2010. DELIBERAR, CONFORME O ARTIGO 12, INCISO X DO ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE, SOBRE A CONCESSAO DE AVAL PARA A EMPRESA QUIP S.A. NA PARENT COMPANY GUARANTEE NO VALOR DE USD 60,000,000.00 DE PRAZO DE 03 (TRES) ANOS.
66.650/10-0	24/02/2010	ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 18/02/2010. DELIBERAR SOBRE A CAPTACAO, PELA SOCIEDADE, DE ATE R\$ 100.000.000,00 (CEM MILHOES DE REAIS) ATRAVES DE FINANCIAMENTO JUNTO AS INSTITUICOES FINANCEIRAS, BEM COMO A PRESTACAO DE GARANTIA PELA SOCIEDADE SOB A FORMA DE AVAL, FIANCA, NOTA PROMISSORIA, COMFORT LETTER OU STAND BY LETTER, PELO PRAZO DE ATE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.
AGUARDANDO 111.613/10-3	INDEXACAO 30/03/2010	ABERTURA DE FILIAL: NIRE 35903791322, SITUADA A AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1663, PINHEIROS, SAO PAULO, SP, CEP NAO INF.. INICIO DAS ATIVIDADES: 23/03/2010. CONFORME A.R.D., DATADA DE: 23/03/2010.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO
FICHA CADASTRAL POSICAO ATUAL

-----05 ULTIMOS ARQUIVAMENTOS-----		
NUM.DOC	SESSAO	ASSUNTO
AGUARDANDO 126.437/10-5	INDEXACAO 12/04/2010	ABERTURA DE FILIAL: NIRE 35903793155, SITUADA A RUA DOUTOR FERNANDES COELHO, 64, PINHEIROS, SAO PAULO, SP, CEP 05423 - 040. INICIO DAS ATIVIDADES: 23/03/2010. CONFORME A.R.D., DATADA DE: 23/03/2010.
		FILIAIS:
		35900316917, ABERT.EM 11/01/1982., (ENCERRADA)
		35900316925, ABERT.EM 11/01/1982., (ENCERRADA)
		35900836341, ABERT.EM 18/05/1987., (ENCERRADA)
FIM DAS INFORMACOES NIRE: 35300015908		PAG.004

Ficha Cadastral - Dados da Empresa

Nr. de Controle na Internet:		005802232-5	
Tipo Jurídico:		Sociedade por Ações	
Nome Empresarial:		CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S.A.	
NIRE Sede:		3530001590-8	NIRE Filial:
CNPJ Sede:		61.522.512/0001-02	CNPJ Filial:
Inscr. Estadual:			00.000.000/0000-00
E-Mail:		I.E. Filial:	
Logradouro:		RUA FUNCHAL	
Número:	160	CEP:	04551-060
		Bairro:	VILA OLIMPIA
Complemento:			
Município:	São Paulo	UF:	SP
		Pais:	Brasil

Atos

Debenture Escritura

Atividades Econômicas

Principal:	
Secundária:	

Descrição Objeto

Depende de Autorização Governamental:

Capital

Tipo de Capital:	País de Origem:
Data de Ass. Doc. ou Realiz. da Ata:	Tipo de Empresa:
16/04/2010	Normal

Amarrações
